



CÓD: OP-047DZ-22
7908403531059

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

450 QUESTÕES GABARITADAS

Gabaritando

CADERNO DE QUESTÕES

Questões Gabaritadas

1. Língua Portuguesa	05
2. Língua Inglesa	11
3. Raciocínio Lógico-Matemático	41
4. Estatística	47
5. Economia e Finanças Públicas	61
6. Administração Geral e Pública	73
7. Auditoria	81
8. Contabilidade Aplicada ao Setor Público	89
9. Direito Administrativo	97
10. Contabilidade Geral	109
11. Direito Constitucional	119
12. Direito Previdenciário	131
13. Direito Tributário	139
14. Legislação Tributária	147
15. Comércio Internacional	153

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

1. FGV - APPGG (PREF S ANDRÉ)/PREF SANTO ANDRÉ/2022

Assunto: Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

Texto 1

Índio

Uma das conseqüências das Cruzadas (séculos **XI** a **XIII**) foi a descoberta das riquezas do Oriente: tecidos, pedras e metais preciosos, especiarias.

Tudo isso passou a ter um valor extraordinário para os europeus do século **XV** (a canela chegou a valer mais do que o ouro!). E assim as grandes navegações para a Ásia se tornaram financeiramente atrativas.

O genovês Cristóvão Colombo, o que botou o ovo em pé (como se fosse uma grande coisa: as galinhas já faziam isso muito antes dele), consegue, na Espanha, em 1492, o patrocínio dos reis Fernando **II** e Isabel **I** para uma viagem à Índia.

Para chegar lá, os portugueses desciam até o final da África e dobravam à esquerda. Colombo, que sempre adorou viver na contramão da História, sai da Espanha, no dia 3 de agosto, e dobra à direita, convencido de que a Terra era redonda.

Acertou na forma, mas errou no cálculo do diâmetro. Colombo chega às Bahamas, em 12 de outubro, e acha que alcançou a Índia. Por isso, ao ver uns selvagens locais, Colombo os chama de índios. Pronto, o nome ficou e o erro se consagrou: a partir daí, todo selvagem, nu ou seminu, passou a ser chamado de índio.

(PIMENTA, R. *Casa da Mãe Joana, curiosidade na origem das palavras, frases e marcas*. Ed. Campus. Rio de Janeiro-RJ. 2002)

A palavra “riqueza” é grafada corretamente no texto, com a letra z. Assinale o vocábulo abaixo cuja grafia está correta com essa mesma letra.

- (A) Gáz.
- (B) Audaz.
- (C) Análize.
- (D) Gazolina.
- (E) Paralizia.

2. FGV - ESTAG (MPE BA)/MPE BA/DIREITO/2022
Assunto: Fatos da Língua Portuguesa (porque, por que, porquê e por quê; onde, aonde e donde; há e a, etc)

A frase em que a grafia da palavra sublinhada está correta é.

- (A) O motivo porque as pessoas culpam os outros é que é mais fácil do que assumir seus próprios erros;
- (B) Eu sei que o amor é indispensável, mas não sei por quê;
- (C) Porque o país não conseguiu superar as dificuldades da pandemia?
- (D) Os jornais não informam mais porquê nem tudo é sabido;
- (E) Devemos trocar os pneus por que estão gastos.

3. FGV - ASSCE (TCE-TO)/TCE TO/“SEM ÁREA”/2022
Assunto: Uso do Hifen

Notamos, como usuários da língua portuguesa, que alguns vocábulos podem ser usados com hífen ou sem hífen, com diferentes significados.

A opção abaixo em que o vocábulo destacado só pode ser escrito sem hífen, é.

- (A) Trabalhou na segunda-feira / Na segunda feira a que foi, comprou legumes e frutas;
- (B) Chegou ao meio-dia no trabalho / A nova tarefa ocupou meio dia de trabalho;
- (C) Havia um sem-número de camelôs na rua / Eles moravam numa casa sem número ao final da rua;
- (D) Não se deve ter olho-grande sobre os bens alheios / O gigante tinha um olho grande no meio da testa;
- (E) O trabalho estava bem-feito / Todos consideraram o texto bem feito.

4. FGV - AT (TCE TO)/TCE TO/LETRAS/2022
Assunto: Convenções de Escrita (itálico, siglas etc)

Como os textos informativos se preocupam bastante com a clareza, alguns deles traduzem as siglas neles contidas entre parênteses.

A opção abaixo em que essa “tradução” está **correta**, é.

- (A) O MST (Movimento dos Sem-Trabalho) exige reformas na legislação trabalhista;

- (B) O inquilino jurou pagar o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) até o final do mês;
 (C) O chefe do FMI (Fundação Mundial de Intercâmbio) visitará o país ainda este ano;
 (D) A Rússia ficou preocupada com a filiação da Ucrânia à OTAN (Organização do Tratado Americano das Nações);
 (E) A ONU (Organização das Nações Unificadas) condenou a guerra.

5. FGV - ANA (MPE SC)/MPE SC/DADOS E PESQUISAS/2022

Assunto: Formação e Estrutura das palavras

Em todas as opções abaixo, o termo sublinhado foi substituído por um outro, formado com a ajuda de um afixo (prefixo ou sufixo); a opção em que a substituição está INADEQUADA, é.

- (A) No primeiro dia das férias, vou fazer uma análise de mim mesmo / autoanálise;
 (B) A vacina aplicada há pouco tempo deve trazer benefícios aos contaminados / recém-aplicada;
 (C) Monteiro Lobato está sendo lido de novo / renovado;
 (D) O ex-presidente da empresa tinha uma riqueza dificilmente imaginada / inimaginável;
 (E) As ações foram valorizadas acima do normal / supervalorizadas.

6. FGV - AS (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/COZINHEIRO FLUVIAL/2022

Assunto: Formação e Estrutura das palavras

“As grandes doenças da alma, bem como aquelas do corpo, renovam o homem; e as convalescências espirituais não são menos agradáveis nem menos miraculosas do que as físicas.”

Nessa frase aparece o termo convalescência corretamente grafado (com -escer e não com -ecer).

Assinale a palavra abaixo que está corretamente grafada com esse mesmo sufixo.

- (A) decrescer.
 (B) aparecer.
 (C) enriquecer.
 (D) amanhescer.
 (E) enlouquescer.

7. FGV - AG SG PEN (DEPEN MG)/DEPEN MG/2022
 Assunto: Formação e Estrutura das palavras

“A avançada tecnologia é uma das marcas dos tempos modernos”.

Assinale a opção que apresenta um vocábulo, formado com o mesmo radical logia, com seu significado **corretamente** explicado.

- (A) Zoologia – estudo dos jardins zoológicos.
 (B) Pneumologia – estudo dos pneus adequados.
 (C) Arqueologia – estudo das construções em arco.
 (D) Dermatologia – estudo médico da pele.
 (E) Geologia – estudo de caráter geográfico.

8. FGV - AS (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/COZINHEIRO FLUVIAL/2022

Assunto: Substantivo

“Todas as atividades do espírito cessariam se os jovens ficassem, um dia, contentes com o que existe.”

Muitas palavras desse pensamento estão no plural. Assinale a opção que apresenta a forma **errada** de plural.

- (A) coração / corações.
 (B) cidadão / cidadãos.
 (C) situação / situações.
 (D) vulcão / vulcões.
 (E) publicação / publicações.

9. FGV - ASSCE (TCE-TO)/TCE TO/“SEM ÁREA”/2022
 Assunto: Adjetivo

Os adjetivos são empregados para dar características, estados, qualidades ou informações sobre substantivos; entre as opções abaixo, aquela cujo adjetivo indica uma característica do substantivo por ele determinado, é.

- (A) As frutas vermelhas estavam na fruteira, sobre a mesa;
 (B) A feijoada estava saborosa como nunca;
 (C) O discurso presidencial levou várias horas;
 (D) O menino, adoentado, estava na cama;
 (E) Os produtos estrangeiros estavam na vitrine da loja.

10. FGV - AT (TCE TO)/TCE TO/LETRAS/2022

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Em todas as frases abaixo há uma imprecisão nos dados numéricos, **EXCETO** em uma; a opção em que não há imprecisão, é.

- (A) Havia na palestra cerca de 200 assistentes;
 (B) Minha ex-namorada já tem seus 60 anos;
 (C) O Brasil tem perto de 200 milhões de habitantes;
 (D) O Havaí tem mais de 50 vulcões;
 (E) Sua certidão registra 70 anos de vida.

LÍNGUA INGLESA

LÍNGUA INGLESA

1. FGV - AUFC (TCU)/TCU/CONTROLE EXTERNO/AUDITORIA GOVERNAMENTAL/2022

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

Internal audit's role in ESG reporting

Conversations and focus on sustainability, typically grouped into environmental, social and governance (ESG) issues, are quickly evolving — from activist investor groups and inquisitive regulators pushing for change to governing bodies and C-suite executives struggling to understand and embrace the concept. At the forefront of this new risk area is pressure for organizations to make public commitments to sustainability and provide routine updates to ESG-related strategies, goals, and metrics that are accurate and relevant. However, ESG reporting is still immature, and there is not a lot of definitive guidance for organizations in this space. For example, there is no single standard for what should be reported.

What is clear is that strong governance over ESG — as with effective governance overall — requires alignment among the principal players as outlined in The Internal Institute of Auditors (IIA) Three Lines Model. As with any risk area, internal audit should be well-positioned to support the governing body and management with objective assurance, insights, and advice on ESG matters.

Embarking on the ESG journey

Efforts to mitigate the accelerating effects of climate change and address perceived historical social inequities are two powerful issues driving change globally. These movements have enhanced awareness of how all organizations impact, influence, and interact with society and the environment.

They also have spurred organizations to better recognize and manage ESG risks (i.e., risks associated with how organizations operate in respect to their impact on the world around them). This broad risk category includes areas that are dynamic and often driven by factors that can be difficult to measure objectively.

Still, there is growing urgency for organizations to understand and manage ESG risks, particularly as investors and regulators focus on organizations producing high-quality reporting on sustainability efforts. What's more,

that pressure is being reflected increasingly in executive performance as more organizations tie incentive compensation metrics to ESG goals.

As ESG reporting becomes increasingly common, it should be treated with the same care as financial reporting. Organizations need to recognize that ESG reporting must be built on a strategically crafted system of internal controls and accurately reflect how an organization's ESG efforts relate to each other, the organization's finances, and value creation.

Internal audit can and should play a significant role in an organization's ESG journey. It can add value in an advisory capacity by helping to identify and establish a functional ESG control environment. It also can offer critical assurance support by providing an independent and objective review of the effectiveness of ESG risk assessments, responses, and controls.

Source. Adapted from <https://na.theiia.org/about-ia/PublicDocuments/White-Paper-Internal-Audits-Role-in-ESG-Reporting.pdf>

Based on the information provided by the text, mark the statements below as true (T) or false (F).

- () One of the hurdles of ESG issues is that they have been restricted to a single group of experts.
- () There has been such a great demand for publicizing government efforts towards ESG that reports have become accurate and systematized.
- () Part of the internal auditor's job is to be knowledgeable enough in the area of ESG so as to be able to provide solid guidance to those in charge of the administration.

The statements are, respectively.

- (A) F – F – T;
- (B) T – F – F;
- (C) T – F – T;
- (D) F – T – F;
- (E) F – T – T.

2. FGV - AUFC (TCU)/TCU/CONTROLE EXTERNO/AUDITORIA GOVERNAMENTAL/2022

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

Conversations and focus on sustainability, typically grouped into environmental, social and governance (ESG) issues, are quickly evolving — from activist investor groups

and inquisitive regulators pushing for change to governing bodies and C-suite executives struggling to understand and embrace the concept. At the forefront of this new risk area is pressure for organizations to make public commitments to sustainability and provide routine updates to ESG-related strategies, goals, and metrics that are accurate and relevant. However, ESG reporting is still immature, and there is not a lot of definitive guidance for organizations in this space. For example, there is no single standard for what should be reported.

What is clear is that strong governance over ESG — as with effective governance overall — requires alignment among the principal players as outlined in The Internal Institute of Auditors (IIA) Three Lines Model. As with any risk area, internal audit should be well-positioned to support the governing body and management with objective assurance, insights, and advice on ESG matters.

Embarking on the ESG journey

Efforts to mitigate the accelerating effects of climate change and address perceived historical social inequities are two powerful issues driving change globally. These movements have enhanced awareness of how all organizations impact, influence, and interact with society and the environment.

They also have spurred organizations to better recognize and manage ESG risks (i.e., risks associated with how organizations operate in respect to their impact on the world around them). This broad risk category includes areas that are dynamic and often driven by factors that can be difficult to measure objectively.

Still, there is growing urgency for organizations to understand and manage ESG risks, particularly as investors and regulators focus on organizations producing high-quality reporting on sustainability efforts. What's more, that pressure is being reflected increasingly in executive performance as more organizations tie incentive compensation metrics to ESG goals.

As ESG reporting becomes increasingly common, it should be treated with the same care as financial reporting. Organizations need to recognize that ESG reporting must be built on a strategically crafted system of internal controls and accurately reflect how an organization's ESG efforts relate to each other, the organization's finances, and value creation.

Internal audit can and should play a significant role in an organization's ESG journey. It can add value in an advisory capacity by helping to identify and establish a functional ESG control environment. It also can offer critical assurance support by providing an independent and objective review of the effectiveness of ESG risk assessments, responses, and controls.

Source. Adapted from <https://na.theiia.org/about-ia/PublicDocuments/White-Paper-Internal-Audits-Role-in-ESG-Reporting.pdf>

The sentence that best expresses the idea that parties involved in the administration should follow a similar orientation.

- (A) "Internal audit can and should play a significant role in an organization's ESG journey";
- (B) "[...] strong governance over ESG — as with effective governance overall — requires alignment among the principal players";
- (C) "These movements have enhanced awareness of how all organizations impact, influence, and interact with society and the environment";
- (D) "This broad risk category includes areas that are dynamic and often driven by factors that can be difficult to measure objectively";
- (E) "[...] pressure is being reflected increasingly in executive performance".

3. FGV - AUFC (TCU)/TCU/CONTROLE EXTERNO/AUDITORIA GOVERNAMENTAL/2022

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

Internal audit's role in ESG reporting

Conversations and focus on sustainability, typically grouped into environmental, social and governance (ESG) issues, are quickly evolving — from activist investor groups and inquisitive regulators pushing for change to governing bodies and C-suite executives struggling to understand and embrace the concept. At the forefront of this new risk area is pressure for organizations to make public commitments to sustainability and provide routine updates to ESG-related strategies, goals, and metrics that are accurate and relevant. However, ESG reporting is still immature, and there is not a lot of definitive guidance for organizations in this space. For example, there is no single standard for what should be reported.

What is clear is that strong governance over ESG — as with effective governance overall — requires alignment among the principal players as outlined in The Internal Institute of Auditors (IIA) Three Lines Model. As with any risk area, internal audit should be well-positioned to support the governing body and management with objective assurance, insights, and advice on ESG matters.

Embarking on the ESG journey

Efforts to mitigate the accelerating effects of climate change and address perceived historical social inequities are two powerful issues driving change globally. These movements have enhanced awareness of how all organizations impact, influence, and interact with society and the environment.

They also have spurred organizations to better recognize and manage ESG risks (i.e., risks associated with how organizations operate in respect to their impact on the

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. FGV - CONS TE (SEFAZ ES)/SEFAZ ES/CIÊNCIAS ECONÔMICAS/2022

Assunto: Definição, subconjuntos, inclusão e pertinência, operações, conjunto das partes

Em um grupo de 70 pessoas, há 50 capixabas e 40 torcedores do Vasco.

Em relação a esse grupo de pessoas, é correto concluir que

- (A) no máximo 20 são capixabas torcedores do Vasco.
- (B) no mínimo 20 não são nem capixabas nem torcedores do Vasco.
- (C) exatamente 30 são capixabas não torcedores do Vasco.
- (D) no máximo 40 são capixabas torcedores do Vasco.
- (E) é possível que nenhuma delas seja capixaba torcedor do Vasco.

2. FGV - AG POL (RN)/PC RN/2021

Assunto: Número de elementos da união, da interseção, do complemento e da diferença

Em um grupo de esportistas, $\frac{1}{3}$ deles só gostam de vôlei e, dos demais, $\frac{2}{5}$ gostam de vôlei e também de basquete. Todos os esportistas desse grupo gostam de, pelo menos, um desses dois esportes.

Em relação ao total de membros desse grupo, a fração daqueles que só gostam de basquete é.

- (A) $\frac{2}{3}$;
- (B) $\frac{2}{5}$;
- (C) $\frac{3}{5}$;
- (D) $\frac{4}{15}$;
- (E) $\frac{1}{15}$.

3. FGV - AAO (IMBEL)/IMBEL/AJUDANTE GERAL/2021

Assunto: Números naturais. introdução, representação, propriedades

Sabe-se que a soma de dez números naturais é par. Em relação a esses dez números é correto afirmar que

- (A) todos são, obrigatoriamente, pares.
- (B) todos são, obrigatoriamente, ímpares.

- (C) pelo menos um deles é par.
- (D) a quantidade de números pares é ímpar.
- (E) a quantidade de números ímpares é par.

4. FGV - TEC (FUNSAÚDE CE)/FUNSAÚDE CE/ENFERMAGEM SAÚDE DO TRABALHADOR/2021

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Um posto de gasolina possui três tanques, A, B e C, de mesma capacidade. Em certo momento, o tanque A tinha 860 litros de gasolina, o tanque B tinha 1410 litros e o tanque C estava vazio. Chega, então, um caminhão-tanque com 10.000 litros de gasolina e o gerente do posto pediu que esse combustível fosse distribuído pelos três tanques, de forma que os três tanques ficassem com a mesma quantidade de gasolina.

Assinale a opção que indica a quantidade de gasolina que foi colocada no tanque B.

- (A) 2460 litros.
- (B) 2680 litros.
- (C) 3230 litros.
- (D) 4090 litros.
- (E) 4743 litros.

5. FGV - ATA (IMBEL)/IMBEL/ALMOXARIFE/2021

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Sorteando aleatoriamente um número do conjunto **{1, 2, 3, ..., 49, 50}**,

a probabilidade de ele seja múltiplo de 4 ou de 6 é de

- (A) 0,26.
- (B) 0,28.
- (C) 0,30.
- (D) 0,32.
- (E) 0,40.

6. FGV - PROF (PREF PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/EDUCAÇÃO BÁSICA I/2021

Assunto: Números inteiros (propriedades, operações, módulo etc)

Sejam a , b e c três números inteiros que satisfazem simultaneamente as desigualdades.

$$-1,5 < a < 3$$

$$a + 1 < b < 6,5$$

$$a + 2 < c < b + 3,5$$

Dos possíveis valores de c , a soma do menor com o maior é

- (A) 15.
- (B) 14.
- (C) 13.
- (D) 12.
- (E) 11.

7. FGV - AAO (IMBEL)/IMBEL/AJUDANTE GERAL/2021

Assunto: Números racionais. introdução, representação, propriedades

Assinale a opção que mostra o maior dos números abaixo.

- (A) 0,559.
- (B) 0,568.
- (C) 0,74.
- (D) 0,2021.
- (E) 0,57.

8. FGV - 2º TEN (CBM AM)/CBM AM/2022

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Em um grupo de pessoas, o número de homens é igual ao número de mulheres. Selecionam-se então $\frac{2}{5}$ dos

homens $\frac{3}{4}$ das mulheres e forma-se um novo grupo.

Nesse novo grupo, em relação ao total de pessoas, as mulheres representam

- (A) $\frac{2}{3}$
- (B) $\frac{5}{9}$
- (C) $\frac{7}{20}$
- (D) $\frac{15}{23}$
- (E) $\frac{17}{25}$

9. FGV - AAO (IMBEL)/IMBEL/AJUDANTE GERAL/2021

Assunto: Operações com números decimais

Gabriel entra em uma lanchonete com R\$ 80,00 para comprar sanduíches e sucos. Cada sanduíche custa R\$ 13,50 e cada suco custa R\$ 5,60. Gabriel compra a maior quantidade possível de sanduíches com os R\$ 80,00 e, com o que sobra, compra a maior quantidade de sucos possível. Ao final, Gabriel ficou com

- (A) R\$ 2,40.
- (B) R\$ 2,20.
- (C) R\$ 1,30.
- (D) R\$ 1,20.
- (E) R\$ 0,70.

10. FGV - AO (SSP AM)/SSP AM/2022

Assunto: Porcentagem

A Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas registrou as ocorrências de roubo de veículos em Manaus nos últimos anos. No ano de 2019 foram 2440 ocorrências e no ano seguinte, 1880.

Nesse período, as ocorrências de roubo de veículos em Manaus diminuíram em cerca de

- (A) 14%.
- (B) 17%.
- (C) 20%.
- (D) 23%.
- (E) 26%.

11. FGV - TJ TRT16/TRT 16/ADMINISTRATIVA/QUALQUER ÁREA/2022

Assunto: Proporções. Grandezas proporcionais. Divisão em partes proporcionais

Uma empresa de engenharia está realizando as obras X, Y e Z. Foram comprados 360 sacos de cimento que deverão ser repartidos entre as obras X, Y e Z em partes proporcionais aos números 4, 7 e 9, respectivamente.

O número de sacos de cimento que a obra Y receberá é

- (A) 108.
- (B) 112.
- (C) 120.
- (D) 126.
- (E) 144.

ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICA

1. FGV - ANA (MPE SC)/MPE SC/DADOS E PESQUISAS/2022

Assunto: Tipos de variáveis. Medidas estatísticas relacionadas a cada tipo de variável.

O Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe) foi implantado no ano de 2000 para monitoramento do vírus influenza no país. Em 20 de março de 2020 foi declarada a transmissão comunitária da Doença pelo Coronavírus 2019 (Covid-19) em todo o território nacional. Com isso, a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) realizou a adaptação do Sistema de Vigilância de Síndromes Respiratórias Agudas, visando orientar o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde para a circulação simultânea do novo coronavírus (Sars-CoV-2), influenza e outros vírus respiratórios no âmbito da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) (Portaria GM nº 188/2020).

A ficha de registro individual levanta diversas informações, dentre elas.

1. Sexo (Feminino ou Masculino);
2. Idade (em anos);
3. Raça/Cor (Branca, Preta, Amarela, Parda, Indígena, Ignorada);
4. Fumante (sim ou não);
5. Possui fatores de risco/comorbidades? (Sim, Não, Ignorado);
6. Escolaridade (Sem escolaridade/analfabeto, Fundamental 1º ciclo [1º ao 5º ano], Fundamental 2º ciclo [6º ao 9º ano], Médio [1º ao 3º ano], Superior, Não se aplica, Ignorado).
7. Unidade da Federação.

As variáveis 2, 3, 6 e 7 acima são, nesta ordem.

- (A) quantitativa contínua; qualitativa ordinal; qualitativa nominal; qualitativa ordinal;
(B) quantitativa discreta; qualitativa ordinal; qualitativa nominal; qualitativa nominal;
(C) quantitativa discreta; qualitativa ordinal; qualitativa ordinal; qualitativa ordinal;

- (D) quantitativa contínua; qualitativa nominal; qualitativa nominal; qualitativa nominal;
(E) quantitativa discreta; qualitativa nominal; qualitativa ordinal; qualitativa nominal.

2. FGV - AJ (TJDFT)/TJDFT/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2022

Assunto: Dados agrupados em classe

O resultado de uma pesquisa sobre a produtividade dos magistrados em uma determinada região foi publicado em uma revista científica e está sintetizado na tabela a seguir.

Classes de produtividade	Frequência relativa acumulada
0 ... 2	0,25
2 ... 4	0,65
4 ... 6	0,85
6 ... 9	1

Não existem observações coincidentes com os extremos das classes.

É sabido que, quanto maior a classe de produtividade, maior é a produtividade do magistrado.

Um estatístico precisa estimar a produtividade a partir da qual se encontram os 10% mais eficientes, isto é, o 9º decil dessa distribuição. A melhor estimativa é, aproximadamente.

- (A) 6,5;
(B) 7;
(C) 7,5;
(D) 8;
(E) 8,5.

3. FGV - ACE (TCE TO)/TCE TO/QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO/2022

Assunto: Média para dados não agrupados

A média das idades de um grupo de nove pessoas é igual a 31. Se uma décima pessoa, de 36 anos, se juntar ao grupo, a média do novo grupo, agora com dez pessoas, será igual a.

- (A) 31,3;
- (B) 31,4;
- (C) 31,5;
- (D) 31,6;
- (E) 31,7.

4. FGV - TNS (SSP AM)/SSP AM/2022

Assunto: Problemas introdutórios de probabilidade. eventos equiprováveis e abordagem frequentista

Duas urnas A e B têm, cada uma, 26 bolinhas. Em cada urna, cada bolinha tem uma letra do alfabeto, sem repetição. Retira-se aleatoriamente uma bolinha de cada urna.

A probabilidade de a bolinha sorteada da urna A ter uma letra que, na ordem alfabética, é anterior à letra sorteada da urna B é

- (A) $\frac{1}{2}$
- (B) $\frac{25}{52}$
- (C) $\frac{13}{50}$
- (D) $\frac{1}{3}$
- (E) $\frac{1}{26}$

5. FGV - CONS TE (SEFAZ ES)/SEFAZ ES/CIÊNCIAS ECONÔMICAS/2022

Assunto: Probabilidade condicional

As probabilidades de dois eventos A e B são $P[A] = 0,5$, $P[B] = 0,8$. A probabilidade condicional de A ocorrer dado que B ocorre é $P[A|B] = 0,6$.

Assim, a probabilidade de que A ou B ocorram é igual a

- (A) 0,56.
- (B) 0,60.
- (C) 0,76.
- (D) 0,82.
- (E) 0,94.

6. FGV - AAFE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Probabilidade da intersecção

Em uma urna há 5 bolas iguais, cada uma com uma letra da sigla SEFAZ. Todas as bolas têm letras diferentes entre si. Retiram-se, aleatoriamente, 2 bolas da urna.

A probabilidade de que tenham sido retiradas as 2 vogais é de

- (A) $\frac{1}{5}$
- (B) $\frac{2}{5}$
- (C) $\frac{3}{5}$
- (D) $\frac{3}{10}$
- (E) $\frac{1}{10}$

7. FGV - AG TE (SEFAZ BA)/SEFAZ BA/ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/2022

Assunto: Esperança, moda e quantis de variáveis discretas

Uma variável aleatória discreta X tem a seguinte distribuição de probabilidades.

x	1	3	5	10
p(x)	0,1	0,2	0,3	0,4

A média de X é igual a

- (A) 3,5.
- (B) 4,0.
- (C) 5,4.
- (D) 6,2.
- (E) 7,0.

8. FGV - ANA (MPE SC)/MPE SC/DADOS E PESQUISAS/2022

Assunto: Covariância; matriz de variâncias e covariâncias. Variância da soma e da diferença

As variáveis aleatórias X e Y são tais que $\text{Var}(X) = 1$, $\text{Var}(Y) = 4$ e $\text{Cov}(X,Y) = -1$.

O valor de $\text{Var}(Y - 2X)$ é.

- (A) 0;
- (B) 4;
- (C) 6;
- (D) 8;
- (E) 12.

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

1. FGV - CONS TE (SEFAZ ES)/SEFAZ ES/CIÊNCIAS ECONÔMICAS/2022

Assunto: Conceito de Economia

São remunerações do trabalho, da terra e do capital, respectivamente,

- (A) lucro, valor de mercado e juros.
- (B) salário, aluguel, e juros e lucros.
- (C) participação nos lucros, juros de financiamento e lucro.
- (D) salário, juros e lucros, e aluguel.
- (E) remuneração, aluguel e aluguel.

2. FGV - CONS TE (SEFAZ ES)/SEFAZ ES/CIÊNCIAS ECONÔMICAS/2022

Assunto: Demanda e oferta

O site Folha de S. Paulo publicou, no dia 08 de outubro de 2021, notícia intitulada **“Carnes, combustíveis e passagem aérea dispararam na pandemia; veja a alta de preços”**, cujo trecho é reproduzido a seguir:

“Carnes, alimentos diversos, combustíveis e passagem aérea. Esses são alguns exemplos de itens que ilustram a disparada de preços sentida pelos brasileiros durante a pandemia de Covid-19.

O cenário é retratado por um levantamento do economista André Braz, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), a pedido da Folha.

Para analisar a escalada da inflação, o pesquisador utilizou resultados do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificados ao longo da crise sanitária, entre fevereiro de 2020 e setembro de 2021.

A pesquisa, realizada pelo FGV Ibre, contempla sete capitais: São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre. De fevereiro de 2020 a setembro de 2021, o IPC teve variação de 11,59% em termos gerais.

No recorte por grupos, chama atenção o aumento maior e disseminado por alimentos frequentemente usados em churrascos e festas. Carnes bovinas (35,31%), frango em pedaços (32,62%), frango inteiro (28,21%) e carnes suínas (25,26%), por exemplo, dispararam (...)

(Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/carnes-combustiveis-e-passagem-aerea-disparam-na-pandemia-veja-a-alta-de-precos.shtml>)

Dentre as possíveis causas para a disparada de preços dos diferentes tipos de carnes e frango, não é possível mencionar

- (A) aumento da demanda internacional por esse tipo de alimento.
- (B) aumento do custo de commodities que são utilizadas como insumos na criação de animais.
- (C) desestruturação da cadeia produtiva causada pela pandemia.
- (D) aumento do desemprego, que reduziu o poder de barganha dos trabalhadores do setor.
- (E) aumento das exportações de carne pelo país.

3. FGV - ES (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/ECONOMISTA/2022

Assunto: Elasticidade preço da demanda

Segundo o estudo “Elasticidade da demanda por gasolina no Brasil e o uso da tecnologia flex fuel no período 2001-2012”, apresentado no 42º Encontro Nacional de Economia (ANPEC) em 2014, a elasticidade-preço da gasolina passou de -0,581 no período 2001-2005 para -1,264 no período 2005-2012.

(Fonte: https://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/files_1/i8-acfa1a7b20d29026ee0ee9ec9b04e17f.pdf)

Do ponto de vista da teoria microeconômica, um dos possíveis motivos para essa mudança na elasticidade-preço da gasolina não decorre

- (A) da maior possibilidade de uso do etanol como substituto da gasolina.
- (B) da redução da participação da despesa da gasolina no orçamento da família.
- (C) do maior investimento da indústria e do governo em fontes renováveis de energia.
- (D) da razão do preço do etanol em relação ao da gasolina ter caído ao longo do tempo.
- (E) do aumento de subsídios do governo para produção de automóveis movidos à gasolina.

4. FGV - ACE (TCE TO)/TCE TO/CIÊNCIAS ECONÔMICAS/2022

Assunto: Restrição orçamentária

Considere uma economia composta por somente dois bens, 1 e 2, cujas quantidades consumidas são, respectivamente, A e B. Assuma também que em dezembro de 2021 os preços dos bens 1 e 2 sejam, respectivamente, p e q, e o consumidor possua renda M. Suponha que, em janeiro de 2022, o preço do bem 1 sofra um aumento de 80%, o preço do bem 2 sofra um aumento de 40% e a renda do consumidor dobre de valor.

Ao determinar a escolha ótima dos bens 1 e 2, em janeiro de 2022, o consumidor se defronta com a seguinte restrição orçamentária.

- (A) $0, 2pA + 0, 6qB \leq 2M$
- (B) $0, 8pA + 0, 4qB \leq M$
- (C) $0, 8pA + 0, 4qB = 2M$
- (D) $0, 9pA + 0, 7qB \leq M$
- (E) $0, 9pA + 0, 7qB = 2M$

5. FGV - ACE (TCE TO)/TCE TO/CIÊNCIAS ECONÔMICAS/2022

Assunto: Produção

Considere uma firma que utiliza os fatores de produção capital (K) e trabalho (l) e apresenta função de produção

$$q = f(K, l) = 30K^{\alpha}l^{\beta}, \text{ com } \alpha = 1/3, \beta = 2/3$$

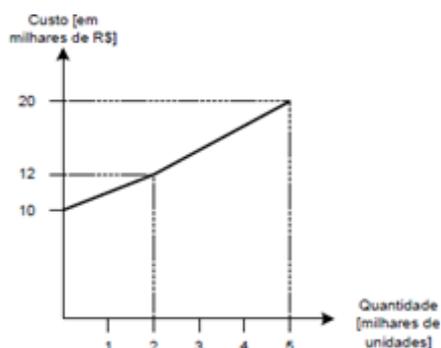
Sendo PMgL a produtividade marginal do trabalho e PMgK a produtividade marginal do capital, é correto afirmar que.

- (A) $PMgK = 40$, quando $K = 8$ e $l = 1$;
- (B) $PMgL = 20$, quando $K = 8$ e $l = 1$;
- (C) $PMgK = 5$, quando $K = 1$ e $l = 8$;
- (D) $PMgL > PMgK$, quando $K = 8$ e $l = 1$;
- (E) a razão entre $PMgL$ e $PMgK$ é igual a $(K/l)^{2/3}$

6. FGV - APE (EPE)/EPE/ECONOMIA DE ENERGIA/2022

Assunto: Custos

A figura a seguir mostra a curva de custo de produção de uma empresa hipotética.



Após a análise da curva, é correto afirmar que

- (A) o custo fixo de produção é de R\$ 20.000,00.
- (B) o custo de produção não varia em função da quantidade de bens produzidos.
- (C) o custo marginal de produção para aumentar a produção de 1 mil para 2 mil unidades é de R\$ 1.000,00 por unidade.
- (D) o custo marginal de produção para aumentar a produção de 1 mil para 2 mil unidades é de R\$ 1,00 por unidade.
- (E) o custo de produção para mil unidades é R\$ 12.000,00.

7. FGV - AUFC (TCU)/TCU/CONTROLE EXTERNO/AUDITORIA GOVERNAMENTAL/2022

Assunto: Tipos de estrutura

Em relação às consequências das decisões das firmas sobre preços e quantidades em estruturas de mercado de concorrência imperfeita, é correto afirmar que.

- (A) a firma seguidora em um duopólio de Stackelberg obtém lucro superior ao que obteria em um duopólio de Cournot, porque possui vantagem informacional ao reagir sequencialmente à decisão de produção da firma líder;
- (B) a ocorrência do paradoxo de Bertrand em mercados oligopolizados pressupõe que haja restrição individual de capacidade produtiva para atender a demanda de mercado e que as firmas produzam produtos diferenciados;
- (C) a regulação de preços pelo custo marginal que busca a solução competitiva no monopólio natural, em mercados incontestáveis e sem produtos substitutos, é uma solução intermediária entre a determinação de preços pela regra do markup e a solução socialmente eficiente;
- (D) a regulação em mercados monopolisticamente competitivos pode ser dispensada quando nenhuma firma tem substancial poder de mercado e os ganhos advindos da valorização dos consumidores pela diversidade de marcas e produtos tendem a superar o custo social;
- (E) quando o monopolista não é capaz de estimar as curvas de demanda dos consumidores individuais ou de grupos de consumidores distintos, o mecanismo mais eficaz de captura dos excedentes dos consumidores é o incentivo à autosseleção (self selection) por meio da prática de discriminação de preços de terceiro grau, tal como a tarifação em duas partes.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

1. FGV - ESC POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022
Assunto: Organização (Introdução à Administração)

Um adolescente conseguiu um trabalho como jovem aprendiz em uma secretaria municipal. Antes de iniciar seu trabalho, ele precisa entender o que significa “um grupo estruturado de pessoas, com propósitos comuns, que se juntam para alcançar objetivos compartilhados”.

O significado a ser compreendido é o de

- (A) coordenação.
- (B) eficiência.
- (C) organização.
- (D) processo.
- (E) recurso.

2. FGV - AG CEN (IBGE)/IBGE/MUNICIPAL/2022
Assunto: Administração

Ao ser convidado para assumir a administração de uma empresa, Júlio decide estudar mais a respeito do tema para não decepcionar na nova incumbência. Durante seus estudos, ele se depara com a definição de alguns termos, dentre eles, o de “administração”, que pode ser corretamente conceituado como.

- (A) Um processo de alcançar objetivos pelo trabalho e por intermédio de pessoas e outros recursos organizacionais.
- (B) Uma aptidão de trabalhar de forma leniente e satisfazer suas necessidades fisiológicas.
- (C) Uma aversão ao relacionamento interpessoal, em detrimento da riqueza da sociedade.
- (D) Um projeto de concretizar um sonho em função da sorte.
- (E) Um experimento social que premia os participantes mais honestos.

3. FGV - INV POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022
Assunto: Competências e habilidades do administrador

Determinadas atividades profissionais requerem habilidade e competências gerenciais distintas. Em algumas situações, o profissional deve usar sua capacidade de pensamento abstrato, que se manifesta por meio da intuição, imaginação e criatividade, para análise e tomada de decisão.

Nesse caso, o profissional deve lançar mão de habilidades

- (A) técnicas.
- (B) negociadas.
- (C) interpessoais.
- (D) formais.
- (E) conceituais.

4. FGV - AAFE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022
Assunto: Introdução (conceitos, evolução histórica, princípios, abordagens prescritivas e normativas)

As teorias da administração desenvolvidas por estudiosos americanos tiveram um papel decisivo na economia mundial, estabelecendo métodos mais sofisticados para a produção e extinguindo práticas rudimentares baseadas em meras tradições. Acerca do processo administrativo, analise as afirmativas a seguir.

I. A *teoria da administração científica* previa um modelo administrativo com aspectos mais orgânicos, valorizando e incentivando a autonomia decisória de cada colaborador.

II. A teoria da burocracia incentivava a impessoalidade nas relações e a padronização dos procedimentos.

III. A teoria comportamental baseava seus métodos no estudo de tempos e movimentos de cada atividade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

5. FGV - INV POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022
Assunto: Escola da Teoria Clássica

No desenvolvimento da administração em uma organização, são fundamentais a divisão do trabalho, a designação de tarefas específicas para cada indivíduo, resultado em especialização das funções e separação dos poderes.

Esses elementos são compreendidos no rol

- (A) das capacidades de liderança.
- (B) das competências estratégicas.
- (C) da motivação dos empregados.
- (D) dos princípios para administração eficaz.
- (E) dos valores gerenciais.

6. FGV - ES (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/ADMINISTRADOR GERAL/2022

Assunto: Teoria das Relações Humanas (Abordagem Humanística da Administração)

Dentre as teorias da Administração, uma delas teve origem em um experimento realizado em uma fábrica americana, localizada na cidade de Chicago, e tinha como objetivo a identificação dos efeitos da variação da luminosidade no ambiente de trabalho sobre a produtividade dos empregados.

Assinale a opção que apresenta o resultado desse experimento.

- (A) O nível de produção de uma fábrica estaria relacionado com a integração social dos colaboradores.
- (B) A especialização de tarefas permitiria o afastamento do risco de alienação do trabalho.
- (C) Existiriam diversas soluções ótimas para a execução do trabalho.
- (D) As variáveis ambientais independentes deveriam ser tratadas como insumos potenciais.
- (E) A redução da luminosidade no ambiente de trabalho reduziria a produtividade na mesma proporção.

7. FGV - ASS ADM (MPE GO)/MPE GO/2022

Assunto: Divergências entre a gestão pública e a privada

Embora a gestão pública e a gestão privada possuam semelhanças, a exemplo de algumas técnicas administrativas usadas, as divergências também são numerosas, em razão da própria natureza de cada uma.

Evidencia-se como exemplo de diferença o fato de que

- (A) as gerências são mais estáveis na administração privada, enquanto na pública possuem maior rotatividade.
- (B) as ações na gestão privada são mais rígidas e complexas, enquanto na pública são mais flexíveis.

(C) todos os acionistas pagam pelos serviços na gestão privada, enquanto na pública apenas os cidadãos que os utilizam pagam.

(D) o gestor privado pode fazer apenas o que é determinado por lei, enquanto ao gestor público é permitido fazer tudo que não é proibido.

(E) o processo decisório é mais lento e organizado na gestão privada, enquanto na pública é mais rápido e diligente.

8. FGV - AJ (TJDFT)/TJDFT/APOIO ESPECIALIZADO/CONTABILIDADE/2022

Assunto: Governança Corporativa

O Modelo de Três Linhas se propõe a ser mais eficaz, uma vez que foi adaptado para se alinhar aos objetivos e circunstâncias da organização. De acordo com o modelo, o corpo administrativo, a gestão e a auditoria interna têm responsabilidades distintas, mas todas as atividades precisavam estar alinhadas com os objetivos da organização.

Nesse contexto, um papel relacionado à terceira linha refere-se a.

- (A) alinhamento dos objetivos organizacionais com os interesses priorizados pelos stakeholders;
- (B) avaliação independente e objetiva quanto ao atingimento dos objetivos;
- (C) definição de regulamentos e comportamento ético aceitável;
- (D) fornecimento de assistência no gerenciamento de riscos corporativos;
- (E) garantia de conformidade com as expectativas legais, regulatórias e éticas.

9. FGV - ES (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/ADMINISTRADOR GERAL/2022

Assunto: *Accountability* e Transparência

Analise o texto a seguir, retirado do sítio de internet Agência Senado.

“O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma”.

À luz dos tipos de *accountability*, mecanismo que auxilia na responsabilização dos agentes do Estado, é correto afirmar que o *impeachment* constitui essencialmente um exemplo de *accountability*

- (A) vertical.
- (B) horizontal.
- (C) societal.

AUDITORIA

AUDITORIA

1. FGV - SUP (IMBEL)/IMBEL/AUDITOR/2021

Assunto: Controle de Qualidade da Auditoria

De acordo com a NBC TA 220 (R2) - Controle de Qualidade da Auditoria de Demonstrações Contábeis, assinale a afirmativa correta.

(A) O revisor de controle de qualidade do trabalho de auditoria externa é um sócio ou outro profissional da firma que faz parte da equipe de trabalho.

(B) O quadro técnico compreende os sócios, os auditores independentes que atuam no trabalho e os auditores internos da entidade, que fornecem assistência direta ao auditor independente.

(C) A equipe de trabalho inclui os sócios, os auditores independentes que atuam no trabalho, os especialistas externos e os consultores contratados.

(D) O sócio encarregado do trabalho divide com os auditores externos a responsabilidade pela qualidade dos trabalhos de auditoria para os quais foi designado.

(E) A pessoa externa qualificada é a pessoa que não pertence ao quadro técnico da firma, com a competência e a habilidade que o habilitariam para atuar como sócio encarregado do trabalho.

2. FGV - AFT (PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/2021

Assunto: Controle de Qualidade da Auditoria

De acordo com a NBC TA 220 (R2) - Controle de Qualidade da Auditoria de Demonstrações Contábeis, o objetivo do auditor é implementar procedimentos de controle de qualidade no nível do trabalho que forneçam ao auditor segurança razoável de que

(A) as demonstrações contábeis como um todo não apresentam distorções, sejam elas causadas por fraude ou erro.

(B) a opinião a respeito das demonstrações contábeis é realizada exclusivamente com base em conclusões obtidas por meio das evidências de auditoria.

(C) a entidade auditada apresenta viabilidade futura e a administração conduz os negócios da entidade com eficiência.

(D) a auditoria está de acordo com as normas técnicas e com as exigências legais e regulatórias aplicáveis e os relatórios emitidos pelo auditor são apropriados, nas circunstâncias.

(E) o trabalho do auditor é conduzido com integridade, objetividade, competência, confidencialidade, zelo e conduta profissional.

3. FGV - TATE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Materialidade, Relevância e Risco em Auditoria Independente

O risco de distorção relevante é o risco de que as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes da auditoria. Um de seus componentes é o risco de controle, que representa o risco

(A) de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada, quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.

(B) de que a pessoa ou a organização com a responsabilidade de supervisionar de forma geral a direção estratégica da entidade e obrigações relacionadas com a responsabilidade da entidade, não corresponda ao perfil desejado.

(C) de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.

(D) relacionado à suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, um saldo contábil ou uma divulgação, a uma distorção que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controles relacionados.

(E) de que a distorção que pode ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação e que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, não seja prevenida, detectada e corrigida, tempestivamente, pelo controle interno da entidade.

4. FGV - SUP (IMBEL)/IMBEL/AUDITOR/2021

Assunto: Materialidade, Relevância e Risco em Auditoria Independente

De acordo com a NBC TA 320 (R1) - Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria, a estrutura de relatórios financeiros discute com frequência o conceito de materialidade, no contexto da elaboração e da apresentação de demonstrações contábeis. Nesse sentido, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) As distorções são consideradas relevantes quando é certo que elas podem influenciar as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis.
- (B) Os julgamentos sobre materialidade são feitos à luz das circunstâncias envolvidas, e são afetados pela magnitude e natureza das distorções, ou a combinação de ambas.
- (C) Os julgamentos sobre quais assuntos das demonstrações contábeis são relevantes baseiam-se em considerações sobre o possível efeito de distorções sobre os usuários primários das demonstrações contábeis.
- (D) A determinação de materialidade pelo auditor deve ser baseada em critérios objetivos e não deve ser afetada por seu julgamento.
- (E) A materialidade para as demonstrações contábeis, uma vez definida no planejamento, não deve ser modificada para a execução da auditoria.

5. FGV - AFT (PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/2021

Assunto: Materialidade, Relevância e Risco em Auditoria Independente

De acordo com a NBC TA 320 (R1) – Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria, a determinação de materialidade pelo auditor é uma questão de julgamento profissional e é afetada pela percepção do auditor das necessidades de informações financeiras dos usuários das demonstrações contábeis.

Neste contexto, o auditor assume os fatos em relação aos usuários apresentados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- (B) Possuem conhecimento razoável das atividades econômicas, de contabilidade e a disposição de estudar as informações das demonstrações contábeis com razoável diligência.
- (C) Têm experiência em análise de demonstrações contábeis.

(D) Reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores baseados no uso de estimativas, julgamento e a consideração sobre eventos futuros.

(E) Entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade.

6. FGV - AUDADM (FUNSAÚDE CE)/FUNSAÚDE CE/2021

Assunto: Evidência em Auditoria

Em relação às fontes de informações externas, de acordo com a NBC TA 500 (R1) - Evidência de Auditoria, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Incluem serviços de organizações governamentais, bancos centrais, bolsas de valores reconhecidas, organizações agindo como especialista da administração e especialista do auditor.
- (B) Podem fornecer informações sobre dados relacionados com precificação, dados macroeconômicos, como taxas de desemprego, históricas e projetadas, taxas de crescimento econômico, ou dados de censos e dados históricos de crédito.
- (C) Um indivíduo externo ou organização externa pode ser fonte de informações externa e especialista da administração, ao mesmo tempo, com relação a qualquer conjunto de informações específico.
- (D) A determinação sobre a adequação das informações para os usuários, levando-se em consideração a capacidade de a entidade de influenciar a fonte de informações externa, é objetiva e não envolve julgamentos.
- (E) É menos provável que um conjunto específico de informações seja adequado para o uso por grande número de usuários e é mais provável que ele esteja sujeito à influência de qualquer usuário específico se a organização externa o disponibiliza para vasta gama de usuários em troca do pagamento de taxa.

7. FGV - ANA (MPE SC)/MPE SC/CONTABILIDADE/2022

Assunto: Testes e Procedimentos em Auditoria

Uma equipe de auditores foi designada para investigar irregularidades na compra de equipamentos hospitalares adquiridos em regime de urgência em decorrência de um incêndio que afetou os equipamentos em uso anteriormente. Após um exame inicial das notas fiscais constantes no processo de aquisição, os auditores começaram a buscar evidências de superfaturamento.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

1. FGV - CONS TE (SEFAZ ES)/SEFAZ ES/CIÊNCIAS ECONÔMICAS/2022

Assunto: Técnicas/Espécies Orçamentárias (Orçamento Programa, Tradicional, Participativo, Base Zero etc)

O orçamento tradicional ou clássico é o documento que prevê a receita e autoriza as despesas, com ênfase

- (A) nas metas.
- (B) no gasto.
- (C) no controle.
- (D) no planejamento.
- (E) no desempenho organizacional.

2. FGV - CONS TE (SEFAZ ES)/SEFAZ ES/CIÊNCIAS ECONÔMICAS/2022

Assunto: Técnicas/Espécies Orçamentárias (Orçamento Programa, Tradicional, Participativo, Base Zero etc)

Relacione as técnicas orçamentárias listadas a seguir a suas respectivas explicações.

1. ORÇAMENTO INCREMENTAL
2. ORÇAMENTO PROGRAMA
3. ORÇAMENTO BASE ZERO
4. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

- () Tem como ênfase a eficiência e considera toda despesa como nova.
- () Feito através de ajustes marginais nos itens de receitas e despesas.
- () Integra planejamento e orçamento com objetivos e metas a alcançar.
- () Estimula o exercício da cidadania e o compromisso da população com o bem público.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 1 – 3 – 2 – 4.
- (C) 2 – 4 – 3 – 1.
- (D) 3 – 1 – 2 – 4.
- (E) 3 – 1 – 4 – 2.

3. FGV - AAFE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Princípios Orçamentários

Assinale a opção que indica o princípio orçamentário segundo o qual a lei orçamentária não poderá conter matéria estranha à fixação das despesas e à previsão das receitas.

- (A) Anualidade.
- (B) Clareza.
- (C) Equilíbrio.
- (D) Exclusividade.
- (E) Legalidade.

4. FGV - AT (TCE TO)/TCE TO/QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO/2022

Assunto: Princípios Orçamentários

Um analista de controle de um tribunal de contas foi designado para realizar um trabalho de análise da Lei Orçamentária Anual (LOA) de um conjunto de Municípios com vistas a apresentar recomendações relacionadas ao cumprimento dos requisitos legais e à melhoria da qualidade do planejamento e orçamento.

No primeiro documento analisado, uma inconsistência que, à luz dos princípios orçamentários, pode gerar recomendação por parte do analista é.

- (A) apresentação dos valores brutos das receitas, inclusive quando sujeitas a repasses legais;
- (B) ausência da classificação da receita e da despesa conforme identificador de resultado primário;
- (C) montante de operações de crédito autorizadas inferior à programação de despesas de capital;
- (D) não inclusão de previsão de receitas de transferências de capital decorrentes de convênios;
- (E) previsão de limite para suplementação do orçamento por meio de créditos adicionais.

5. FGV - TFFC (CGU)/CGU/2022

Assunto: PPA - Plano Plurianual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

O processo de planejamento no âmbito da administração pública brasileira conta com instrumentos legais que, de forma integrada, contribuem para a boa gestão dos recursos públicos. Um desses instrumentos, o Plano Pluria-

nual, é um dos mais desafiadores quanto à elaboração e ao acompanhamento por parte dos órgãos de controle e da sociedade.

Um elemento desse instrumento que dificulta a sua comparabilidade ao longo do tempo e com outros entes é.

- (A) ausência de efetiva integração com a LDO;
- (B) dificuldade de alteração dos programas definidos;
- (C) excessivo detalhamento dos objetivos e metas;
- (D) falta de regulamentação dos critérios de regionalização;
- (E) inexistência de avaliação periódica dos programas.

6. FGV - AGC (EPE)/EPE/RECURSOS HUMANOS/2022

Assunto: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

Em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias, um dos motivos principais de sua concepção está relacionado à promoção da integração entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual, auxiliando no alinhamento dos objetivos de médio prazo com o contexto anual.

Acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias, é correto afirmar que uma de suas atribuições constitucionais é

- (A) orientar a elaboração do Plano Plurianual.
- (B) estabelecer a política de aplicação das agências reguladoras oficiais.
- (C) determinar as diretrizes, os objetivos e as metas da administração federal.
- (D) definir, de forma regionalizada, os programas de duração continuada.
- (E) dispor sobre mudanças na legislação tributária.

7. FGV - ACE (TCE TO)/TCE TO/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: LOA - Lei Orçamentária Anual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

O processo de planejamento orçamentário no Brasil é requerido, a partir de instrumentos com formato legal que, quando dada a transparência adequada, permitem controle social e fomentam o exercício da cidadania.

O instrumento orçamentário que, compatibilizado com o PPA, deve ser elaborado com o objetivo de reduzir desigualdades inter-regionais é o(a).

- (A) Anexo de Metas Fiscais;
- (B) Anexo de Riscos Fiscais;
- (C) Orçamento Fiscal;
- (D) Orçamento da Seguridade Social;
- (E) Programação financeira e cronograma de desembolso.

8. FGV - CONT DIST (TJ TO)/TJ TO/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2022

Assunto: Ciclo Orçamentário

O processo orçamentário brasileiro tem suas bases definidas na Constituição da República de 1988, que define as competências dos poderes nessa área. Nos últimos anos, o Poder Legislativo ampliou significativamente sua influência nesse processo com alterações constitucionais que adicionaram cláusulas impositivas quanto à aprovação e execução de emendas parlamentares ao orçamento.

Mais recentemente foram adicionadas regras relacionadas à inclusão das emendas de relator no Orçamento (emendas RP9). As emendas de relator podem indicar execução de programações de despesa oriundas de parlamentares, de agentes públicos ou da sociedade civil.

Considerando como base uma Receita Corrente Líquida de R\$ 980 bilhões, as emendas de relator no Orçamento têm um teto, em bilhões de reais, de.

- (A) R\$ 9,80;
- (B) R\$ 11,76;
- (C) R\$ 21,56;
- (D) R\$ 43,12;
- (E) R\$ 49,00.

9. FGV - ANA (MPE SC)/MPE SC/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Créditos Adicionais

Determinado ente público abriu um crédito adicional extraordinário em decorrência de uma situação emergencial, que demandou ação governamental e não havia previsão no orçamento do exercício corrente. Posteriormente, foi verificado que o valor da dotação do crédito aberto foi insuficiente para atender a situação emergencial, que ainda persistia.

Nesse caso, o reforço da dotação deve se dar por meio da.

- (A) abertura de um crédito adicional especial;
- (B) abertura de um crédito adicional suplementar;
- (C) abertura de um novo crédito adicional extraordinário;
- (D) alocação de recursos da reserva de contingência;
- (E) realização de uma transposição de recursos.

10. FGV - ANA (MPE SC)/MPE SC/CONTABILIDADE/2022

Assunto: Créditos Adicionais

Durante o exercício financeiro é comum o surgimento da necessidade de autorizar novas despesas ou suplementar despesas insuficientemente dotadas na Lei Orçamen-

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. FGV - ASS ADM (MPE GO)/MPE GO/2022

Assunto: Regime Jurídico da Administração e Regime Jurídico Administrativo

Quando o Estado se relaciona com o particular em posição de supremacia, ou de verticalidade, em busca do cumprimento do interesse público, o Estado, além de adquirir prerrogativas específicas, deve se submeter a um conjunto de normas determinadas, caracterizando uma relação poder-dever.

A respeito dessa atuação em condição de superioridade do Estado, é correto afirmar que ela representa a submissão ao regime

- (A) de jurisdição dual.
- (B) contencioso administrativo.
- (C) confederativo.
- (D) jurídico administrativo.
- (E) common law.

2. FGV - TJ (TJ TO)/TJ TO/APOIO JUDICIÁRIO E ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Mérito Administrativo

O governador do Estado Alfa, em reunião com seus secretários, discutiu as causas da crescente judicialização dos atos praticados nos distintos setores do governo. Ao final, os participantes concluíram que deveriam ser enviados esforços para demover o Poder Judiciário da realização do controle de aspectos concernentes à valoração dos motivos e à escolha do objeto do ato administrativo.

O controle referido pode ser considerado modalidade de controle afeto ao(à).

- (A) juridicidade;
- (B) legalidade estrita;
- (C) mérito administrativo;
- (D) eficiência administrativa;
- (E) moralidade administrativa.

3. FGV - AUX POL NEC (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

A auxiliar de necropsia da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro Maria está lotada em Posto Regional de Polícia Técnica e Científica do interior do Estado. Durante a madrugada, Maria, única policial de plantão, recepcionou de policiais militares um cadáver feminino para fins de perícia. Para adiantar o trabalho, mesmo não havendo naquele momento qualquer perito no órgão, Maria fez o exame pericial, além de ter emitido e assinado sozinha o auto de exame cadavérico (AEC), agindo em sentido contrário ao que dispõem as normas aplicáveis às atribuições de seu cargo.

Pelos fatos narrados, percebe-se que a perícia feita por Maria é inválida, por vício no elemento do ato administrativo da.

- (A) finalidade;
- (B) competência;
- (C) motivo;
- (D) objeto;
- (E) motivação.

4. FGV - INV POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

Assunto: Poder Regulamentar

Delegado-Geral de Polícia Civil do Estado Alfa, dentro de sua competência legal, editou ato administrativo geral e abstrato, com efeito erga omnes, para complementar e facilitar a execução de determinada lei, minudenciando seus termos.

A providência adotada pelo chefe institucional da Polícia Civil estadual está diretamente relacionada ao poder administrativo

- (A) de polícia, eis que editada pelo superior hierárquico da Polícia Civil.
- (B) de segurança pública, que tem prioridade legal, juntamente com o de saúde, sobre os demais poderes administrativos.
- (C) hierárquico, que consiste em um poder de estruturação externa da atividade pública.
- (D) normativo, que não pode contrariar a lei, sob pena de invalidação.
- (E) disciplinar, porque regulamenta atividades administrativas da Polícia Civil.

5. FGV - ESC POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022
Assunto: Poder Disciplinar

O Estado Beta, por meio de sua Polícia Civil, celebrou contrato administrativo para aquisição de insumos que serão utilizados por seus órgãos de polícia técnica e científica. Ocorre que a sociedade empresária contratada descumpriu a legislação de regência e o próprio contrato, de maneira que, observadas as formalidades legais, lhe foram aplicadas sanções administrativas.

No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a imposição das citadas penalidades administrativas pelo poder público estadual sobre a sociedade empresária decorreu diretamente do poder administrativo

- (A) de polícia.
- (B) de perícia.
- (C) hierárquico.
- (D) disciplinar.
- (E) regulamentar.

6. FGV - AAFE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022
Assunto: Poder de Polícia

José estacionou sua moto em local proibido, de maneira que o agente público competente lhe aplicou uma multa, prevista na legislação de regência.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, no caso em tela, a multa aplicada a José está baseada na prerrogativa da Administração Pública que decorre do exercício do poder administrativo

- (A) hierárquico.
- (B) disciplinar.
- (C) de polícia.
- (D) normativo.
- (E) regulamentar.

7. FGV - AUX (MPE SC)/MPE SC/2022

Assunto: Abuso de Poder. Excesso de Poder e Desvio de Finalidade (poderes da Administração)

José, auxiliar administrativo do Ministério Público do Estado Alfa, exerce a função de gerente de pagamento no Departamento de Recursos Humanos. No exercício de suas funções, José praticou ato administrativo dentro de sua esfera de competência, mas afastando-se do interesse público, eis que a real motivação do ato foi retaliar João, igualmente servidor público do Ministério Público, e seu antigo desafeto.

No caso em tela, de acordo com o que ensina a doutrina de Direito Administrativo, José agiu.

- (A) ilicitamente, com abuso de poder, na modalidade excesso de poder, eis que atuou fora dos limites de sua capacidade;

(B) ilicitamente, com abuso de poder, na modalidade desvio de poder, eis que se afastou da finalidade pública;

(C) licitamente, com regular emprego do poder discricionário, eis que o ato não precisa ser motivado e a análise do mérito administrativo cabe apenas ao agente;

(D) licitamente, com regular emprego do poder vinculado, eis que o ato não precisa ser motivado e a análise do mérito administrativo cabe apenas ao agente e aos seus superiores;

(E) licitamente, com regular emprego do poder discricionário, eis que a análise do mérito administrativo cabe apenas ao agente e ao procurador-geral de Justiça.

8. FGV - ASS ADM (MPE GO)/MPE GO/2022
Assunto: Administração Direta (órgãos públicos)

Analisando o Ministério Público de Goiás sob a ótica da organização administrativa, temática que estuda a estrutura da Administração Pública, é correto afirmar que ele é um exemplo de

- (A) órgão público.
- (B) poder constitucional.
- (C) secretaria de governo.
- (D) entidade administrativa.
- (E) pessoa jurídica de direito público externo.

9. FGV - AGC (EPE)/EPE/RECURSOS HUMANOS/2022
Assunto: Administração Indireta

Considere que o Governo Federal decida criar uma nova autarquia federal para desenvolver práticas e tecnologias inovadoras associadas a energias sustentáveis, visando ajudar o Brasil na meta de reduzir em 50% as emissões de carbono até 2030.

Em relação à criação dessa autarquia, é correto afirmar que ela deve ser criada por meio de

- (A) lei específica.
- (B) decreto autônomo.
- (C) regulamento especial.
- (D) registro dos atos constitutivos.
- (E) resolução legislativa.

10. FGV - AJ (TJDFT)/TJDFT/APOIO ESPECIALIZADO/ADMINISTRAÇÃO/2022
Assunto: Desconcentração e Descentralização

O prefeito do Município Alfa decidiu promover uma ampla reestruturação da Administração pública indireta. Para tanto, decidiu que fosse elaborado um estudo preliminar, de modo a delinear os contornos gerais de. (1) duas entidades com personalidade jurídica própria, para a exe-

CONTABILIDADE GERAL

CONTABILIDADE GERAL

1. FGV - INV POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

Assunto: Conceito, Objeto, Finalidade, Técnicas Contábeis, Equação patrimonial

O objeto da Contabilidade é o patrimônio, que é formado pelos ativos e pelos passivos.

Assinale a afirmativa correta sobre os ativos e os passivos de uma entidade.

- (A) Os ativos representam os bens, e os passivos, as obrigações e os direitos.
- (B) Os ativos se referem à posição financeira, e os passivos, ao desempenho financeiro.
- (C) Os ativos são evidenciados em ordem de liquidez, e os passivos, em ordem de solvência.
- (D) Os ativos são mensurados de acordo com o valor justo, e os passivos, de acordo com o custo histórico.
- (E) Os ativos mostram como são aplicados os recursos da entidade, e os passivos, quais as origens dos recursos.

2. FGV - ES (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/ADMINISTRADOR GERAL/2022

Assunto: Teoria das Contas (Personalística, Patrimonialista, e Materialística)

À luz da Teoria das Contas, analise as assertivas a seguir.

I. O custo da mercadoria vendida é uma conta dos proprietários, segundo a Teoria Personalista.

II. O caixa faz parte das contas integrais, segundo a Teoria Materialista.

III. Os empréstimos fazem parte das contas de resultado, segundo a Teoria Patrimonialista.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

3. FGV - ANA (MPE GO)/MPE GO/CONTÁBIL/2022

Assunto: Escrituração. normas, livros contábeis, lançamentos, método das partidas dobradas

Em janeiro de X0, uma empresa de consultoria prestou serviços a um cliente. Pelos serviços, a empresa deveria receber R\$100.000 em 31/03/X0.

No contrato havia uma cláusula segundo a qual o cliente receberia 10% de desconto sobre o valor acordado caso o pagamento fosse feito em fevereiro.

O cliente efetuou o pagamento em 20/02/X0.

Assinale a opção que indica o lançamento contábil da empresa de consultoria relativos ao recebimento em 20/02/X0.

- (A) D- Caixa R\$90.000 C- Receita R\$90.000
- (B) D- Caixa R\$90.000 D- Descontos concedidos R\$10.000 C- Receita R\$100.000
- (C) D- Caixa R\$90.000 D- Despesa Operacional R\$10.000 C- Clientes R\$100.000 (D) D- Caixa R\$90.000 D- Despesa Financeira R\$10.000 C- Clientes R\$100.000
- (E) D- Caixa R\$100.000 C- Ajuste no Patrimônio Líquido R\$10.000 C- Clientes R\$90.000

4. FGV - AFCTE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Estoques. mensuração, reconhecimento como despesa e divulgação (CPC 16)

Uma entidade adquire mercadorias para revenda no valor de R\$50.000 à vista. A alíquota incidente do ICMS é de 18%.

Assinale a opção que indica os lançamentos contábeis na entidade, no momento da compra.

- (A) D – Estoque. R\$50.000. C - ICMS a recuperar. R\$9.000. C – Caixa. R\$41.000.
- (B) D – Estoque. R\$50.000. D - ICMS a recuperar. R\$9.000. C - ICMS a pagar. R\$9.000. C – Caixa. R\$50.000.
- (C) D – Estoque. R\$50.000. D - ICMS a recuperar. R\$9.000. C – Caixa. R\$59.000.
- (D) D – Estoque. R\$41.000. D - ICMS a recuperar. R\$9.000. C – Caixa. R\$50.000.
- (E) D – Estoque. R\$41.000. C - ICMS a pagar. R\$9.000. C – Caixa. R\$32.000.

5. FGV - ANA (MPE GO)/MPE GO/CONTÁBIL/2022

Assunto: Estoques. mensuração, reconhecimento como despesa e divulgação (CPC 16)

Assinale a opção que indica exemplo de itens que não são incluídos no custo dos estoques, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) - Estoques.

- (A) Custos com seguro.
- (B) Custos de transporte.
- (C) Imposto de importação.
- (D) Valor anormal de desperdício de materiais.
- (E) Tributos não recuperáveis junto ao FISCO.

6. FGV - ANA (MPE GO)/MPE GO/CONTÁBIL/2022

Assunto: Estoques. mensuração, reconhecimento como despesa e divulgação (CPC 16)

Em 05/01/X0, uma entidade adquiriu R\$10.000 em estoque. O valor equivalia a 100 unidades do produto "k". A entidade incorreu em custos de transporte e de seguro, no valor de, respectivamente, R\$2.000 e R\$4.000. Além disso, comprou um móvel para armazenar o estoque por R\$2.000, com vida útil estimada em dois anos. A entidade paga a seus vendedores comissão de 10% sobre o preço de venda, por cada unidade vendida.

Em janeiro de X0, a entidade vendeu metade do estoque por R\$200,00 cada.

Em fevereiro de X0, o preço unitário passou a ser R\$150,00. No mês, dez unidades foram vendidas. Assinale a opção que indica o valor total do estoque do produto em 28/02/X0.

- (A) R\$5.400.
- (B) R\$5.760.
- (C) R\$6.000.
- (D) R\$6.400.
- (E) R\$7.200.

7. FGV - AT (TCE TO)/TCE TO/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2022

Assunto: Operações com mercadorias, tributos incidentes sobre compras e vendas (ICMS, IPI, PIS/Confins)

Uma empresa assina 100 contratos com um cliente no início do mês. Cada contrato inclui a venda de um produto por R\$ 1.000 cada (100 produtos x R\$ 1.000 = R\$ 100.000) e um custo unitário de R\$ 600. O dinheiro será recebido quando o controle dos produtos for transferido no fim do mês. A prática comercial e habitual da empresa é permitir que o cliente devolva qualquer produto não utilizado (estado de novo) no prazo de trinta dias e receba reembolso total. A empresa avalia a carteira conjunta dos 100 contratos. Para estimar a contraprestação variável à qual a empresa terá direito, a entidade decide usar o método do

valor esperado, porque é o método pelo qual a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual terá direito.

Usando o método do valor esperado e com base em estatísticas da empresa, ela estima que 3% dos produtos serão devolvidos.

Dessa forma, a empresa contabilizará no fim do mês um(a).

- (A) receita de R\$ 100.000;
- (B) despesa antecipada de R\$ 100.000;
- (C) custo dos produtos vendidos de R\$ 60.000;
- (D) passivo de restituição de R\$ 3.000;
- (E) direito de recuperação de produtos de R\$ 3.000.

8. FGV - CONS TE (SEFAZ ES)/SEFAZ ES/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2022

Assunto: Critérios de avaliação do estoque (PEPS, UEPS, Média Ponderada)

Em 02/01/X0, uma loja de vestidos tinha seu estoque avaliado em R\$ 1.000. Ele era composto por dez unidades de vestidos. No mês de janeiro aconteceram as seguintes transações.

- 08/01. compra de 15 vestidos por R\$ 110,00 cada. A loja pagou o frete no valor total de R\$ 120 e o seguro para o transporte no valor total de R\$ 180.

- 12/01. venda de 12 vestidos por R\$ 300,00 cada. A loja pagou a seus vendedores comissão de 20% sobre o preço de venda.

- 20/01. compra de oito vestidos por R\$ 140,00 cada. A loja pagou o frete de R\$ 200, enquanto o seguro de R\$ 100 foi pago pelo vendedor. Dos vestidos, dois foram expostos na vitrine da loja.

- 28/01. venda de 18 vestidos por R\$ 340,00 cada. A loja pagou a seus vendedores comissão de 20% sobre o preço de venda.

Assinale a opção que indica o custo das mercadorias vendidas em janeiro de X0, considerando que a loja utiliza o método PEPS para avaliar seus estoques.

- (A) R\$ 3.370,00.
- (B) R\$ 3.603,00.
- (C) R\$ 3.650,00.
- (D) R\$ 3.775,00.
- (E) R\$ 3.883,00.

9. FGV - AFCTE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Critérios de avaliação do estoque (PEPS, UEPS, Média Ponderada)

Uma sociedade empresária, que trabalha com a venda de mercadorias, está localizada em um país onde a inflação é de 30% ao ano.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. FGV - AS (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/AS-SISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Formas de Estado e Governo, Sistemas de Governo, Separação de Poderes. Freio e contrapesos

A respeito do nosso sistema presidencialista de governo, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() O Poder Executivo é chefiado pelo Presidente da República que é auxiliado pelos Ministros de Estado, no âmbito federal.

() O Presidente da República é o único que acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.

() O Presidente da República age como Chefe de Estado quando celebra tratados internacionais ou declara guerra.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

(A) V – V – V.

(B) V – F – V.

(C) F – F – V.

(D) F – V – V.

(E) V – V – F.

2. FGV - DP MS/DPE MS/2022

Assunto: Constitucionalismo e neoconstitucionalismo

Naturalisticamente, o termo defesa consiste na oposição a um perigo de dano (ofensa), compreendendo-se como reação a uma agressão. Defender-se é oferecer resistência. No âmbito normativo, invoca-se a terminologia defesa em perspectivas bastante diversas, que vão desde as ações de defesa pessoal à defesa da ordem constitucional e do regime democrático.

Textualmente, a Constituição da República de 1988 utiliza-a nos planos.

(A) político-administrativo, das liberdades públicas e garantias fundamentais e institucional;

(B) principiológico-institucional, político-constitucional e das liberdades públicas e garantias fundamentais;

(C) político-normativo, axiológico e dos direitos e garantias individuais;

(D) político-principiológico, administrativo-institucional e dos direitos e garantias individuais.

3. FGV - ASSCE (TCE-TO)/TCE TO/"SEM ÁREA"/2022

Assunto: Constituição. conceito, estrutura, supremacia e classificação

O Poder Constituinte, como instituição política responsável pela criação das normas constitucionais, é comumente classificado pela doutrina em originário, derivado e decorrente. Por sua vez, o Poder Constituinte originário possui subclassificações, sendo uma delas baseada no modo de deliberação constituinte.

Nesse sentido, quando o Poder Constituinte deriva de uma deliberação formal de um grupo de agentes, como no caso das constituições escritas, pode ser classificado como.

(A) revolucionário;

(B) concentrado;

(C) formal;

(D) difuso;

(E) material.

4. FGV - ASSCE (TCE-TO)/TCE TO/"SEM ÁREA"/2022

Assunto: Constituição. conceito, estrutura, supremacia e classificação

Quanto à classificação das Constituições, consideram-se Constituições rígidas aquelas que.

(A) só podem ser modificadas mediante procedimentos mais complexos que o processo legislativo ordinário;

(B) só podem ser modificadas pelo Poder Constituinte originário, quando convocado;

(C) podem ser modificadas pelo processo legislativo ordinário;

(D) não podem ser modificadas, pois possuem pretensão de eternidade;

(E) possuem uma parte suscetível a modificações pelo processo legislativo ordinário e outra insuscetível de modificações.

5. FGV - AUFC (TCU)/TCU/CONTROLE EXTERNO/AUDITORIA GOVERNAMENTAL/2022

Assunto: Eficácia das Normas Constitucionais

Em uma olimpíada universitária, o grupo de estudos XX (GEXX) defende que os direitos fundamentais de primeira dimensão são normalmente veiculados em normas de eficácia plena, sendo o conflito entre eles resolvido no plano da validade. O grupo de estudos ZZ (GEZZ), por sua vez, sustenta que os direitos fundamentais de segunda dimensão são veiculados, na maior parte das vezes, em normas de eficácia contida e, por carecerem de integração pela legislação infraconstitucional, não produzem qualquer efeito até que ela venha a ser editada.

Ao analisar os argumentos apresentados, o júri da olimpíada universitária conclui, corretamente, que o GEXX.

(A) erra apenas ao afirmar que o conflito entre os direitos fundamentais de primeira dimensão é resolvido no plano da validade, enquanto o GEZZ erra apenas ao defender que os de segunda dimensão são veiculados em normas de eficácia contida, não produzindo efeitos até a regulamentação;

(B) está totalmente certo, enquanto o GEZZ erra ao afirmar que os direitos fundamentais de segunda dimensão são veiculados em normas de eficácia contida, carecem de regulamentação e não produzem quaisquer efeitos até a regulamentação;

(C) erra apenas ao afirmar que os direitos fundamentais de primeira dimensão são normalmente veiculados em normas de eficácia plena, enquanto o GEZZ erra apenas ao afirmar que os de segunda dimensão não produzem efeitos até a regulamentação;

(D) está totalmente certo, enquanto o GEZZ erra apenas ao afirmar que os direitos fundamentais de segunda dimensão não produzem efeitos até que sejam regulamentados pela legislação infraconstitucional;

(E) erra apenas ao afirmar que o conflito entre os direitos fundamentais de primeira dimensão é resolvido no plano da validade, enquanto o GEZZ está totalmente certo em seus argumentos.

6. FGV - ATIFE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Eficácia das Normas Constitucionais

Maria e Joana, estudiosas do Direito Constitucional, travaram intenso debate a respeito da força normativa das normas programáticas, concluindo corretamente, ao fim, que normas dessa natureza

(A) somente terão força normativa, produzindo algum efeito na realidade, após sua integração pela legislação infraconstitucional.

(B) somente adquirem eficácia após sua integração pela legislação infraconstitucional, não ostentando, até então, a natureza de verdadeiras normas.

(C) somente podem ser utilizadas, no controle de constitucionalidade, quando inexistir norma de eficácia plena que possa ser utilizada como paradigma de confronto.

(D) a exemplo de qualquer norma de eficácia contida, não ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas, já que seu alcance será delineado pela legislação infraconstitucional.

(E) possuem eficácia, mas de modo limitado, devendo direcionar a interpretação dos demais comandos da ordem jurídica, além de revogar as normas infraconstitucionais preexistentes que se mostrem incompatíveis com elas.

7. FGV - OAB UNI NAC/OAB/2022

Assunto: Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

No Preâmbulo da Constituição do Estado Alfa consta.

“Nós, Deputados Estaduais Constituintes, no pleno exercício dos poderes outorgados pelo artigo 11 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, reunidos em Assembleia, no pleno exercício do mandato, de acordo com a vontade política dos cidadãos deste Estado, dentro dos limites autorizados pelos princípios constitucionais que disciplinam a Federação Brasileira, promulgamos, sob a proteção de Deus, a presente Constituição do Estado Alfa.”

Diante de tal fragmento e de acordo com a teoria do poder constituinte, o ato em tela deve ser corretamente enquadrado como forma de expressão legítima do poder constituinte

(A) originário.

(B) derivado difuso.

(C) derivado decorrente.

(D) derivado reformador.

8. FGV - PJ (MPE GO)/MPE GO/2022

Assunto: Métodos e princípios de interpretação das normas constitucionais

Maria e Joana, ativistas de direitos humanos, travaram intenso debate a respeito da forma de coexistência dos direitos fundamentais e destes com certas medidas de interesse coletivo. Maria defende que, de acordo com a teoria interna, os pontos de tensão entre direitos devem ser superados no processo de interpretação, estando

lastreada na dicotomia entre direito e restrição, que direciona a atuação do intérprete. Joana, por sua vez, entende que a teoria externa está lastreada na concepção de limite imanente, a qual direciona a resolução dos conflitos entre direitos fundamentais, sendo comum o uso da técnica da ponderação de interesses.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. FGV - ES (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/ADVOGADO/2022

Assunto: Princípios e Objetivos da Seguridade Social

As irmãs Sandra e Geórgia trabalham para o mesmo empregador, localizado no bairro Lago Azul (Manaus). Sandra recebe 1 salário-mínimo mensal e Geórgia, por ocupar cargo mais especializado, recebe 3 salários-mínimos por mês. Ambas as irmãs possuem um filho, sendo que o de Sandra tem 2 anos de idade e o de Geórgia, 5 anos.

Sandra recebe em seu contracheque uma cota de salário-família, mas Geórgia nada recebe a esse título. O princípio constitucional previdenciário que justifica a diferença de tratamento entre as irmãs é

- (A) a equidade na forma de participação no custeio.
- (B) a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (C) a irredutibilidade do valor dos benefícios.
- (D) a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (E) o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa.

2. FGV - AT (TCE TO)/TCE TO/QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO/2022

Assunto: Saúde, Previdência Social e Assistência Social

Quanto aos planos de benefícios nas modalidades de contribuição definida (CD) e benefício definido (BD), é correto afirmar que.

- (A) o plano CD oferece direito a resgate sob determinadas condições;
- (B) o plano CD gera maior risco atuarial para o patrocinador, quando comparado ao plano BD;
- (C) o valor do benefício no plano BD é obtido em função da rentabilidade dos investimentos;

- (D) o regime de previdência complementar dos servidores públicos oferece plano de benefícios na modalidade BD para as aposentadorias programadas;
- (E) o regime de previdência complementar dos servidores públicos oferece plano de benefícios na mesma modalidade, CD ou BD, do regime próprio de previdência social.

3. FGV - ES (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/MÉDICO DO TRABALHO/2022

Assunto: Da Aposentadoria Especial

Assinale a opção que indica a função que dá direito a aposentadoria especial após 15 anos de exercício regular.

- (A) Trabalho em atividade permanente em frente de produção de mineração subterrânea.
- (B) Trabalho em atividade operacional em plataforma de óleo e gás.
- (C) Trabalho permanente em cemitério em exumação de cadáveres.
- (D) Trabalho temporário em mergulho e pesca submarina.
- (E) Atividade operação em usina nuclear.

4. FGV - AJ (TJDFT)/TJDFT/APOIO ESPECIALIZADO/MEDICINA - PSIQUIATRIA/2022

Assunto: Acidente de Trabalho

Trabalhador sofre uma lesão incapacitante, em consequência de uma bomba caseira que um colega de trabalho explodiu intencionalmente no banheiro do andar em que estavam trabalhando.

Para efeitos da Lei nº 8.213/1991.

- (A) a situação não pode ser considerada acidente de trabalho, porque a causa do acidente não está diretamente relacionada à atividade profissional do trabalhador;
- (B) a situação não pode ser considerada acidente de trabalho, porque foi causada por um indivíduo reconhecido, que se torna o responsável legal por aquele acidente;
- (C) a situação só pode ser considerada acidente de trabalho se ficar caracterizado que o colega que explodiu a bomba estava, naquele momento, privado do uso da razão;

(D) atos de agressão, sabotagem ou terrorismo praticados por companheiros de trabalho equiparam-se ao acidente de trabalho;

(E) a situação não pode ser considerada acidente de trabalho se ficar caracterizado que o colega que explodiu a bomba estava, naquele momento, privado do uso da razão.

5. FGV - AJ (TJDFT)/TJDFT/APOIO ESPECIALIZADO/MEDICINA DO TRABALHO/2022

Assunto: Acidente de Trabalho

Trabalhadora de 32 anos, considerada apta para o trabalho em seu exame admissional, após trabalhar por três anos numa empresa metalúrgica como auxiliar de expedição, executando movimentos de levantamento de cargas de até 25 kg para carregar caminhões durante toda a jornada de trabalho, desenvolveu quadro de omalgia à direita, com dificuldade para extensão, flexão, rotação externa e abdução do respectivo ombro. Procurando o SUS, foi diagnosticada com lesão no ombro direito, e emitido atestado médico para afastamento do trabalho por 45 dias para tratamento clínico, fisioterápico, acupunturiátrico (acupuntura médica) e repouso terapêutico.

Acionada a Vigilância em Saúde do Trabalhador, foram constatados esforços repetitivos no posto de trabalho da trabalhadora. A trabalhadora aguarda a avaliação pericial agendada no INSS.

Nesse caso, o médico assistente deverá.

(A) emitir o relatório médico para fins periciais no INSS, descrevendo o quadro clínico (com CID), sem relacioná-lo ao trabalho, as limitações funcionais do ombro e o tempo necessário de repouso terapêutico;

(B) emitir o relatório médico para fins periciais, descrevendo o diagnóstico (com CID) como sendo compatível com LER/DORT, as limitações funcionais do ombro e o tempo necessário de repouso terapêutico e, por fim, informar a Vigilância Epidemiológica para notificar o caso no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan);

(C) emitir o relatório médico para fins periciais, descrevendo o diagnóstico (com CID), sem relacioná-lo ao trabalho, a incapacidade (limitação funcional) e o tempo de tratamento com necessidade de repouso terapêutico, e solicitar à empresa a emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) ou, se for o caso, registro no e- social;

(D) emitir o relatório médico para fins periciais, descrevendo o diagnóstico (com CID) como sendo compatível com LER/DORT, constando a limitação funcional do ombro e o tempo de repouso para tratamento; solicitar à empresa a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) ou, se for o caso, registro no e-social; e, por fim, informar a Vigilância Epidemiológica para notificar o caso no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan);

(E) emitir relatório médico para fins periciais, descrevendo o diagnóstico (com CID), as limitações funcionais e o tempo de afastamento para repouso terapêutico; emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), com data do acidente coincidente ao afastamento do trabalho e, por fim, informar a Vigilância Epidemiológica para notificar o caso no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan).

6. FGV - AJ (TJDFT)/TJDFT/APOIO ESPECIALIZADO/MEDICINA DO TRABALHO/2022

Assunto: Acidente de Trabalho

A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, considera acidente de trabalho aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou.

(A) pelo exercício do trabalho dos segurados especiais e autônomos, provocando lesão corporal ou a perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho;

(B) de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais e dos servidores públicos estatutários, provocando lesão corporal ou a perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho;

(C) de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou a perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho;

(D) pelo exercício do trabalho autônomo, provocando lesão corporal e a perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho;

(E) pelo exercício do trabalho dos servidores públicos estatutários, provocando lesão corporal ou a perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

DIREITO TRIBUTÁRIO

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. FGV - AAFE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022
Assunto: Impostos (conceito e classificações)

João dos Santos, entrou com uma ação na Justiça Estadual do Amazonas requerendo que possa parar de pagar o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), além da devolução dos últimos 5 anos, pois na estrada que usa para chegar ao trabalho, apesar das inúmeras reclamações, há um buraco no asfalto que danifica todos os veículos.

Sobre a pretensão de João, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não assiste razão a João, pois não se pode cobrar a destinação legal de imposto.
- (B) Sim, assiste razão a João, desde que comprovados os danos.
- (C) Sim, assiste razão a João, desde que comprovadas as reclamações na Secretaria competente.
- (D) Não assiste razão a João, pois só a Associação de Moradores teria legitimidade para entrar com a ação.
- (E) Sim, assiste razão a João, desde que não tenha recebido multas no período.

2. FGV - CONS TE (SEFAZ ES)/SEFAZ ES/CIÊNCIAS ECONÔMICAS/2022
Assunto: Taxas (CF/1988 e CTN)

O Município X, para custeio do serviço público coletivo e geral de iluminação das vias públicas, instituiu por lei municipal ordinária a taxa de iluminação pública. Também instituiu, por outra lei municipal ordinária, uma taxa de coleta domiciliar de lixo, pelo serviço público de retirada de lixo de cada imóvel individualmente considerado.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Ambos os serviços públicos indicados no enunciado podem ser remunerados mediante taxa.
- (B) O serviço público de iluminação das vias públicas necessita de lei complementar para instituição de sua taxa remuneratória.
- (C) O serviço público de iluminação de vias públicas não pode ser remunerado mediante taxa.

(D) O serviço público de retirada de lixo de cada imóvel individualmente considerado não pode ser remunerado mediante taxa.

(E) Nenhum dos serviços públicos indicados no enunciado pode ser remunerado mediante taxa.

3. FGV - AFTE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022
Assunto: Contribuições de Melhoria (CF/1988 e CTN)

Determinado município aprovou uma lei para passar a cobrar um tributo dos moradores dos bairros próximos às novas estações de metrô, para custear as obras e considerando a valorização dos imóveis neles situados.

Assinale a opção que o indica.

- (A) Contribuição Social.
- (B) CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.
- (C) Imposto sobre Grandes Fortunas.
- (D) Empréstimo Compulsório.
- (E) Contribuição de Melhoria.

4. FGV - OAB UNI NAC/OAB/2022
Assunto: Contribuições de Melhoria (CF/1988 e CTN)

O Município Beta, após realizar uma grande obra pública de recuperação, ampliação e melhoramentos da praça central do bairro Gama, custeada com recursos próprios, no valor de quinhentos mil reais, e que promoveu uma valorização dos imóveis apenas nesse bairro, decidiu cobrar uma contribuição de melhoria.

O referido tributo, instituído mediante lei ordinária específica, foi cobrado de todos os 5 mil proprietários de imóveis privados daquela cidade, em um valor fixo de 200 reais para cada um. José, advogado e morador do bairro Delta, bastante distante do bairro Gama, se insurge contra a referida contribuição de melhoria.

Diante desse cenário, a referida contribuição de melhoria

- (A) foi corretamente instituída, pois decorre de previsão legal específica, tendo como fato gerador a obra pública realizada.
- (B) foi corretamente instituída, pois respeitou o princípio da igualdade tributária ao adotar o mesmo valor para todos os contribuintes da cidade.

(C) foi incorretamente instituída, por ter atingido imóveis que não se valorizaram por decorrência da obra pública e por ter cobrado valor cujo somatório é superior ao custeio da obra.

(D) foi incorretamente instituída, pois só pode ser cobrada nos casos em que a obra pública seja exclusivamente para abertura, alargamento, pavimentação ou iluminação de vias públicas.

5. FGV - AAFE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Contribuições Especiais (CF/1988)

Um tributo muito recente no nosso ordenamento jurídico é a Contribuição de Iluminação Pública, sendo que o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a Taxa de Iluminação Pública.

Sobre a Contribuição de Iluminação Pública, assinale a afirmativa correta.

(A) Pode ser instituída por Municípios e Estados.

(B) Deve ser cobrada apenas das pessoas jurídicas com sede no município.

(C) Pode ser cobrada na fatura de consumo de energia elétrica.

(D) Não precisa respeitar o princípio da anterioridade nonagesimal.

(E) Pode ser cobrada no mesmo exercício em que for instituída.

6. FGV - AFCTE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Contribuições Especiais (CF/1988)

A Seguridade Social é financiada por tributos específicos. Assinale a opção que indica as contribuições sociais destinadas ao custeio da Seguridade Social.

(A) A Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), a contribuição sobre a receita de concurso de prognósticos e a contribuição do trabalhador e dos demais segurados da Previdência Social.

(B) a COFINS, as Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDES) e a COFINS Importação.

(C) A Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), as contribuições de melhoria e a COFINS.

(D) A contribuição da empresa sobre a folha de salários, a contribuição de iluminação pública e a COFINS Importação.

(E) as Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDES), a Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a COFINS.

7. FGV - OAB UNI NAC/OAB/2022

Assunto: Questões Mescladas de Espécies de Tributos

Projeto de lei ordinária municipal deseja criar tributo para custear a prestação do serviço público de iluminação das vias e logradouros públicos do Município Alfa. O projeto prevê também que o tributo será cobrado na fatura de consumo de energia elétrica.

Diante deste cenário, o tributo a ser criado poderá ser (A) a taxa de iluminação pública, mas sua arrecadação não pode ser feita na fatura de consumo de energia elétrica.

(B) a contribuição de iluminação pública e sua arrecadação pode ser feita na fatura de consumo de energia elétrica.

(C) a taxa de iluminação pública e sua arrecadação pode ser feita na fatura de consumo de energia elétrica.

(D) a contribuição de iluminação pública, mas sua arrecadação não pode ser feita na fatura de consumo de energia elétrica.

8. FGV - AFCTE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Questões Mescladas de Espécies de Tributos

Relacione os tipos de tributos às suas respectivas explicações.

1. Impostos

2. Taxas

3. Contribuições de melhoria

() têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

() têm como fato gerador a valorização imobiliária frente à existência de melhoria em imóvel determinado.

() têm por fato gerador uma situação independente de atividade estatal específica relativa ao contribuinte.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

(A) 3 – 1 – 2.

(B) 1 – 3 – 2.

(C) 2 – 1 – 3.

(D) 2 – 3 – 1.

(E) 3 – 2 – 1.

9. FGV - AT (TCE TO)/TCE TO/DIREITO/2022

Assunto: Princípios Tributários

João, estudioso do sistema tributário nacional, foi instado a se manifestar sobre o momento em que a Lei federal nº YY, que aumentou a alíquota de determinado tributo

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. FGV - AFTE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Fato gerador e Hipóteses de Não Incidência (arts. 1º ao 3º e 12 da LC nº 87/1996)

O ICMS é uma grande fonte de receita dos Estados da Federação, sendo normal que estes busquem sempre mais arrecadação para custear os serviços oferecidos à população.

Sobre o ICMS, é correto afirmar que ele não incide sobre

(A) as operações interestaduais relativas à energia elétrica e ao petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização.

(B) as operações interestaduais relativas à energia elétrica e ao petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, destinados a qualquer fim.

(C) o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.

(D) as operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares.

(E) a entrada de mercadoria ou bens importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.

2. FGV - OAB UNI NAC/OAB/2022

Assunto: Alíquota, Base de Cálculo e Valor a ser pago (ISS)

O Município X, desejando fomentar os pequenos negócios de tinturaria e lavanderia na cidade (item 14.10 da lista anexa à Lei Complementar 116/2003), editou, em 2018, Lei Ordinária que fixou a alíquota do Imposto sobre Serviços (ISS) em 1,5% sobre o preço desses serviços.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

(A) A referida alíquota de ISS não poderia ser fixada por lei ordinária, mas sim por lei complementar municipal.

(B) A referida alíquota de ISS foi fixada sobre base de cálculo equivocada, pois não deveria incidir sobre o preço do serviço.

(C) A referida alíquota de ISS não viola a alíquota mínima geral de ISS estabelecida em lei complementar federal, pois os serviços de tinturaria e lavanderia constituem uma das hipóteses de exceção à regra geral de alíquota mínima.

(D) A referida alíquota de ISS viola a alíquota mínima geral de ISS estabelecida em lei complementar federal.

3. FGV - JE TJSC/TJ SC/2022

Assunto: Sujeito Passivo e Local da operação e prestação (ISS)

A empresa XYZ Jardinagem Ltda., com sede no Município X, executou um grande serviço de jardinagem na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Município Y. Como no Município X a alíquota do Imposto sobre Serviços (ISS) fixada por lei municipal era de 2% e, no Município Y, de 5%, optou-se por fazer o recolhimento ao Município X.

Diante desse cenário e à luz da Lei Complementar nº 116/2003 (LC 116/2003), é correto afirmar que.

(A) a fixação da alíquota pelo Município X em 2% para esse tipo de serviço viola o mínimo legal nacionalmente estabelecido pela LC 116/2003;

(B) o ISS deveria ter sido recolhido ao Município Y;

(C) sendo o tomador do serviço entidade imune, o ISS não incide sobre esta prestação de serviço;

(D) tais serviços não estão previstos como passíveis de serem tributados pelo ISS na lista de serviços anexa à LC 116/2003;

(E) a fixação da alíquota pelo Município Y em 5% para esse tipo de serviço viola o máximo legal nacionalmente estabelecido pela LC 116/2003.

4. FGV - AFCTE (Sefaz AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Da Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte (arts. 3º a 3º-B da LC nº 123/2006)

A LC 123/2006 criou a figura do Microempreendedor Individual – MEI no claro intuito de permitir a formalização de mais trabalhadores sem também permitir que outros busquem este regime de tributação apenas para arrecadar menos.

Assinale a opção que indica uma regra para ser MEI.

- (A) Exercer qualquer atividade de contribuinte individual.
- (B) Receber no máximo 2 salários mínimos por mês de média anual pela atividade.
- (C) Ser sócio de mais de uma empresa, desde que a remuneração não passe de 3 salários mínimos.
- (D) Contratar, no máximo, 3 funcionários.
- (E) Não ser sócio ou administrador de mais de uma empresa.

5. FGV - Ag TE (SEFAZ BA)/SEFAZ BA/Administração Tributária/2022

Assunto: Da Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte (arts. 3º a 3º-B da LC nº 123/2006)

A sociedade empresária X optou pela sistemática de apuração e recolhimento simplificado do Simples Nacional e auferiu receita bruta de

- (i) R\$ 350.000,00, no ano-calendário de 2018;
- (ii) R\$ 1.500.000,00, no ano-calendário de 2019;
- (iii) R\$ 4.500.000,00, no ano-calendário de 2020; e
- (iv) R\$ 6.500.000,00, no ano-calendário de 2021.

Sobre a hipótese descrita e considerando o total de receita bruta auferida no ano-calendário, assinale a afirmativa correta.

- (A) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como microempresa, mantendo-se em 2019; em 2020 foi reequadrada como empresa de pequeno porte; e em 2021, no mês subsequente à ocorrência do excesso, foi excluída do Simples Nacional.
- (B) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como empresa de pequeno porte, mantendo-se em 2019 e 2020; sendo excluída do Simples Nacional em 2021, no mês subsequente à ocorrência do excesso.
- (C) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como microempresa; em 2019 foi reequadrada como empresa de pequeno porte, mantendo-se em 2020; e em 2021, no mês subsequente à ocorrência do excesso, foi excluída do Simples Nacional.

(D) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como microempresa; em 2019 foi reequadrada como empresa de pequeno porte; e em 2020, no mês no subsequente à ocorrência do excesso, foi excluída do Simples Nacional, mantendo-se a exclusão no ano seguinte.

(E) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como microempresa; em 2019 foi reequadrada como empresa de pequeno porte, mantendo-se em 2020 e 2021.

6. FGV - AFCTE (Sefaz AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Dos Tributos e Contribuições (arts. 12 a 41 da LC nº 123/2006)

Um empresário procura a Receita Estadual buscando informações sobre o Simples, com a perspectiva de recolher vários tributos em um único documento.

Como exemplo dos tributos recolhidos no Simples Nacional, em Documento Único de Arrecadação na forma da LC 123/2006, temos

- (A) IRPJ, Contribuição Previdenciária Patronal, IPI e ISS.
- (B) IRPJ, Imposto de Importação, IOF e COFINS.
- (C) IPI, ISS, ICMS e ITR.
- (D) IRPJ, ISS, ITR e IPTU.
- (E) IRPJ, Contribuição Previdenciária dos Trabalhadores, IPI e ITR.

7. FGV - AFCTE (Sefaz AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Dos Tributos e Contribuições (arts. 12 a 41 da LC nº 123/2006)

Na definição de microempresa e empresa de pequeno porte para fins de enquadramento no regime de tributação do Simples na forma estabelecida pela LC nº 123/2006, a receita bruta anual é decisiva. Até R\$ 360.000,00 é microempresa e de R\$360.000,01 a R\$4.800.000,00 é considerado EPP – Empresa de Pequeno Porte.

Assim, é correto afirmar que

- (A) a microempresa que passar a EPP pela sua receita bruta precisa comunicar à Receita Federal essa troca.
- (B) a EPP não pode passar a Microempresa.
- (C) qualquer Microempresa ou EPP que respeitar tais limites estará obrigatoriamente no Simples.
- (D) o MEI, a Microempresa e a EPP estão dispensados dos recolhimentos dos demais tributos não englobados no Documento Único Mensal do Simples.
- (E) a microempresa que superar a receita bruta anual, se tornará EPP, passando a recolher mensalmente com base nas novas alíquotas, sem necessidade de maiores formalidades.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

COMÉRCIO INTERNACIONAL

1. FGV - ES (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/ANALISTA DE BANCO DE DADOS/2022

Assunto: Comércio Internacional

Assinale a opção que indica corretamente a associação que reúne os países do círculo do Pacífico para promover e facilitar o livre comércio e a cooperação econômica e técnica.

- (A) Grupo dos BRICS.
- (B) Comunidade Andina (CAN).
- (C) Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).
- (D) Fórum Econômico Ásia-Pacífico (APEC).
- (E) União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

2. FGV - TEC ET (SALVADOR)/PREF SALVADOR/2019

Assunto: Comércio Internacional

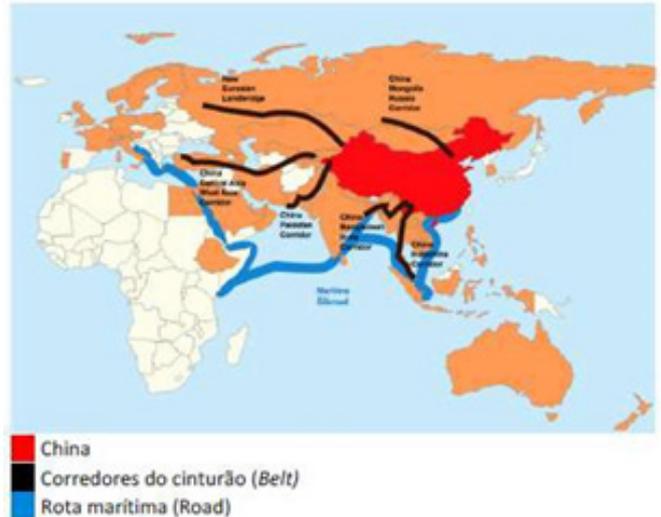
A respeito da iniciativa chinesa conhecida como “Um Cinturão e Uma Rota” (One Belt One Road - Obor), são corretas as afirmativas a seguir, à exceção de uma.

Assinale-a.

- (A) Pode reconfigurar o comércio global e revolucionar as dinâmicas geopolíticas da Ásia e de seu entorno.
- (B) Inspira-se na histórica Rota da Seda, à qual acrescentou uma rota marítima para os países do Oceano Índico.
- (C) Anuncia a abertura da China para uma economia de mercado, passando a ser o primeiro país socialista com livre iniciativa.
- (D) Possui um eixo terrestre, da China até a Escandinávia, e um marítimo, do Sul da China ao Mediterrâneo.
- (E) Inclui países da Ásia, África e Europa, englobando boa parte do PIB mundial e da população do planeta.

3. FGV - PROF (SALVADOR)/PREF SALVADOR/HISTÓRIA/2019

Assunto: Comércio Internacional



A Nova Rota da Seda chinesa, denominada Um Cinturão, Uma Rota, prevê a construção de corredores terrestres e uma via marítima para integrarem a economia chinesa à Europa e à África.

A esse respeito, assinale a opção correta.

- (A) Permite projetar a China como potência mundial, ao conectar mais da metade da população do globo por meio de corredores econômicos transcontinentais.
- (B) Promove a abertura da China para a economia de mercado, ao buscar parcerias comerciais estrangeiras como principal estratégia de desenvolvimento do país.
- (C) Exemplifica a ambição geopolítica da China de dominar o mercado asiático, disputando zonas de influência com a Parceria Transpacífica, idealizada pelo governo Trump.
- (D) Fortalece a participação chinesa no BRICS, ao privilegiar investimentos em infraestrutura física e digital para seus países membros.
- (E) Representa uma iniciativa de intercâmbio tecnológico com a África e com a Eurásia para criar elos logísticos facilitadores das exportações de commodities chinesas.

4. FGV - CONS TE (SEFAZ ES)/SEFAZ ES/CIÊNCIAS ECONÔMICAS/2022

Assunto: Sistema Financeiro e Monetário Internacional

Em relação ao CMN, analise as afirmativas a seguir.

I. Trata-se de um órgão supervisor do sistema financeiro nacional.

II. Define a meta inflacionária dos próximos anos.

III. Determina a quantidade de meios de pagamentos necessários ao funcionamento da economia.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.

5. FGV - CL (SEN)/SEN/ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO/DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DEFESA NACIONAL/2022

Assunto: OMC - Estrutura e Funcionamento

A respeito do Sistema de Solução de Controvérsias (OSC) na Organização Mundial do Comércio (OMC), em especial, o que prevê o “Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias; Anexo 2 da Rodada Uruguai, assinale a afirmativa correta.

- (A) As deliberações do grupo especial serão confidenciais e as opiniões individuais dos integrantes do grupo especial consignadas em seu relatório serão anônimas.
- (B) O sistema de solução de controvérsia da OMC é elemento essencial para trazer segurança e previsibilidade ao sistema multilateral de comércio. Dessa feita, é possível que, por vezes, as recomendações e decisões do OSC impliquem o aumento ou a diminuição dos direitos e obrigações definidos nos acordos abrangidos, a fim de promover o reequilíbrio entre os Membros reclamantes.
- (C) As solicitações de conciliação e a utilização dos procedimentos de solução de controvérsias serão consideradas como ações contenciosas ao que, na constância de controvérsia, todos os Membros participarão do processo com boa-fé e esforçando-se para resolvê-la.
- (D) A solução de controvérsias se inicia por meio do procedimento de consultas, as quais, por sua vez, serão públicas e sem prejuízo dos direitos de qualquer Membro em quaisquer procedimentos posteriores.
- (E) Bons ofícios, conciliação e mediação são procedimentos adotados compulsoriamente aos Membros que acordaram se submeter ao Sistema de Solução de Controvérsias (OSC).

6. FGV - CL (SEN)/SEN/ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO/DIREITO ECONÔMICO E REGULAÇÃO, DIREITO EMPRESARIAL E DO CONSUMIDOR/2022

Assunto: Acordos Administrativos pela OMC

O Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio, integrante da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, cuja ata final foi promulgada pelo Decreto nº 1.355/1994, dispõe em seu Art. 1º, item 2, que o termo *propriedade intelectual* se refere às seguintes categorias:

- (A) marcas, indicações geográficas, desenhos industriais, patentes e repressão à concorrência desleal.
- (B) marcas, expressões e sinais de propaganda, indicações geográficas, desenhos industriais e patentes.
- (C) direito do autor e direitos conexos, marcas, indicações geográficas, desenhos industriais, patentes, topografias de circuitos integrados e proteção de informação confidencial.
- (D) marcas, indicações geográficas, desenhos industriais, patentes, proteção de informação confidencial e controle de práticas de concorrência desleal em contratos de licenças.
- (E) direito do autor e direitos conexos, marcas, indicações geográficas, desenhos industriais, patentes, proteção de informação confidencial e controle de práticas de concorrência desleal em contratos de licenças.

7. FGV - CL (SEN)/SEN/ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO/DIREITO ECONÔMICO E REGULAÇÃO, DIREITO EMPRESARIAL E DO CONSUMIDOR/2022

Assunto: Políticas Comerciais

O Protocolo de Madrid relativo ao Registro Internacional de Marcas, aprovado em 27 de junho de 1989, desde 2 de outubro de 2019 entrou em vigor no Brasil.

O Protocolo tem regras quanto ao efeito territorial do registro de marcas e o pedido de extensão territorial. Sobre estes temas, analise as afirmativas a seguir.

- I. A proteção resultante do registro internacional é extensiva a uma parte contratante, desde que ela seja titular do registro internacional; inclusive tal pedido pode ser feito a respeito da parte contratante cuja administração é a administração de origem.
- II. Qualquer pedido de extensão da proteção resultante do registro internacional a uma parte contratante deve ser objeto de uma menção especial no pedido internacional.
- III. Um pedido de extensão territorial pode também ser feito posteriormente ao registro internacional, desde que não decorridos mais de 2 anos do registro. Uma tal extensão territorial produz efeitos a partir da data em que foi inscrita no registro internacional e deixa de ser válida quando expira o registro internacional a que diz respeito.